

**SOCIEDADE DE COMPARTILHAMENTO  
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.**  
NIRE 41300298882 – CNPJ 30.143.186/0001-07  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL

O presidente do conselho de Administração da Sociedade de Compartilhamento – Participações Societárias S.A., dr. Paulo Roberto Fernandes Faria, em conformidade com o artigo oitavo do Estatuto Social, convoca os Representantes Legais das Ações para a **Assembleia Geral Ordinária Digital, a ser realizada em 12 (doze) de abril de 2023 às 17h30**, excepcionalmente por meio digital pela ferramenta Zoom Meetings, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
3. Apresentar o planejamento orçamentário 2023.

Atenciosamente,

Dr. Paulo Roberto Fernandes Faria  
Presidente do conselho de Administração da COMPAR

**Notas:**

1. Para participar da AGO Digital a Acionista deverá solicitar seu credenciamento por e-mail enviado para: [secretaria@unimedpr.coop.br](mailto:secretaria@unimedpr.coop.br).
2. Após o recebimento do Termo de Indicação, a Secretária-Executiva da Unimed Paraná enviará ao representante credenciado da Acionista, no e-mail indicado na credencial, as instruções para acesso ao sistema digital de participação na AGO.
3. As deliberações serão por manifestação de voto (em que os concordantes permanecem em silêncio e os discordantes se manifestam) ou por chamado nominal.

**CORITIBA FUTEBOL S.A.**  
CNPJ nº 05.259.918/0001-73 NIRE: 41300020345  
Edital de Convocação

Convocamos o Senhor Acionista para comparecer na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Sociedade, situada na Rua Ubaldino do Amaral, nº 63, Alto da Glória, Curitiba, Estado do Paraná, às 18 horas do dia 28 de abril de 2023, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Juarez Moraes e Silva - Diretor Presidente

**DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A**

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta  
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº. 133 da Lei nº. 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Quatro Barras/PR, 29 de março de 2023.

Leonardo Petrelli Neto - Presidente do Conselho de Administração.

ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS  
CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS  
AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.



**Publicidade  
legal é  
coisa séria!**

Consulte nossa equipe  
de Publicidade Legal:

Ligue 41 3333-9800  
[publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)  
ou [pl@induscom.com.br](mailto:pl@induscom.com.br)

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª À 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE  
[www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)

**DIÁRIO** INDÚSTRIA&COMÉRCIO



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 31/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5E00-775F-F8C6-B1C3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5E00-775F-F8C6-B1C3



### Hash do Documento

C63ADF4890A3D04696D206E1FFE89FB98587FB7130584C43539C5E5542952CE5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 08:35 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



# S. A. MOAGEIRA E AGRÍCOLA

RUA DA LIBERDADE, 207 - IRATI - PARANÁ  
CNPJ - 78.143.146/0001-83

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Administração da S.A. Moageira e Agrícola, CNPJ: 78.143.146/0001-83, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022. A Empresa é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado tendo como objetivo social preponderante a industrialização do trigo em grãos. No exercício, foi registrado lucro líquido de R\$ 11.434 mil. Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021	PASSIVO	Notas	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>		<b>174.021</b>	<b>139.510</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>153.316</b>	<b>115.345</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 4-a	9.335	16.178	Instituições Financeiras	Nota 4-g	84.144	76.595
Contas a Receber de Clientes	Nota 4-b	37.308	26.556	Fornecedores		67.654	37.309
Tributos a Recuperar	Nota 4-c	23.379	21.556	Obrigações Trabalhistas e Sociais		899	703
Adiantamentos a Fornecedores		1.617	761	Obrigações Tributárias e Fiscais	Nota 4-h	490	672
Outros Créditos		4.503	4.197	Adiantamento de Clientes		30	-
Estoque	Nota 4-d	97.085	69.570	Dividendos a Pagar	Nota 4-i	99	66
Despesas do Exercício Seguinte		794	692	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>24.725</b>	<b>28.884</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>78.245</b>	<b>69.675</b>	Instituições Financeiras	Nota 4-g	24.236	28.293
Outros Créditos		1.527	1.937	Obrigações Tributárias e Fiscais		489	591
Investimentos Nota 4-e		23.074	19.140	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>74.225</b>	<b>64.956</b>
Imobilizado e Intangível Nota 4-f		53.644	48.598	Capital Social Nota 4-j		12.000	12.000
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>252.266</b>	<b>209.185</b>	Reserva Legal		2.400	2.400
				Reserva de Incentivos Fiscais Nota 4-k		59.825	50.556
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>252.266</b>	<b>209.185</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de Reais)

Mutações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros à Disposição Assembleia	Patrimônio Líquido
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>12.000</b>	<b>2.400</b>	<b>46.351</b>	<b>-</b>	<b>60.751</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	6.205	6.205
Constituição da Reserva Incentivos Fiscais	-	-	6.205	(6.205)	-
Dividendos Propostos	-	-	(2.000)	-	(2.000)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>12.000</b>	<b>2.400</b>	<b>50.556</b>	<b>-</b>	<b>64.956</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	11.434	11.434
Constituição da Reserva Incentivos Fiscais	-	-	11.434	(11.434)	-
Dividendos Propostos	-	-	(2.165)	-	(2.165)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>12.000</b>	<b>2.400</b>	<b>59.825</b>	<b>-</b>	<b>74.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (em milhares de Reais)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL** - A Empresa é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, tendo como objetivo social preponderante a industrialização de trigo em grãos. **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 26 (R5). **2.1 Demonstração do Resultado Abrangente - DRA** A Demonstração do Resultado Abrangente, exigida pela NBC TG 26 (R5), não está sendo apresentada no conjunto das Demonstrações Contábeis em virtude de não haver resultados abrangentes nos exercícios findos em 2022 e 2021. **2.2 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis** Estas Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As Demonstrações Contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e em conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparativa com as do exercício anterior. As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas de forma conjunta com as Demonstrações Contábeis de 2021, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2022, levando em conta as seguintes e principais diretrizes: **a) Apuração de Resultado** O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos, bem como os efeitos de ajustes de valores do Ativo para o valor de realização ou de mercado, quando aplicável, estão reconhecidos no resultado. **b) Ajustes para Atender Perdas Prováveis na Realização de Créditos** Foi constituída provisão para perdas prováveis de créditos de liquidação duvidosa de clientes em montante considerado suficiente, considerando suas operações realizadas e o perfil de seus clientes. **c) Estoques** Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não superando os de mercado. **d) Imobilizado** Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzida da depreciação acumulada calculada pelo método linear até a data do encerramento do balanço, tomando-se por base os dados contábeis registrados nas respectivas contas. A Companhia optou por não efetuar os ajustes correspondentes ao valor justo dos bens no exercício de 2022, bem como nos saldos apresentados em comparativo, em função de considerar irrelevantes os efeitos dos referidos ajustes. A estimativa mencionada foi obtida através da análise e estudo técnico, levando em consideração, no julgamento, as características e utilidades dos bens, o tempo de uso, e atividade operacionais e dispositivos técnicos contidos na interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento - ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.263/09 e na NBC TG 27 (R4), aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.177/09. **NOTA 04 - CONTAS RELEVANTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Caixa	47	11
Bancos Conta Movimento	1.711	1.436
Aplicações Financeiras	7.577	14.731
<b>Total</b>	<b>9.335</b>	<b>16.178</b>

**b) Contas a Receber de Clientes**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e estão assim demonstradas:

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Contas a Receber de Clientes	39.363	27.909
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.055)	(1.353)
<b>Sub Total</b>	<b>37.308</b>	<b>26.556</b>

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber. **c) Tributos a Recuperar** Os Tributos a Recuperar correspondentes ao ano de 2022 e 2021 estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Pis a Recuperar	1.688	1.173
Cofins a Recuperar	7.749	5.389
Crédito Tributário IRPJ	8.119	8.119
Crédito Tributário CSLL	4.282	4.282
ICMS a Recuperar	1.092	2.223
PIS/COFINS Ressarcimento	122	178
PERT Parcelamento IRPJ e CSLL	96	-
Outros Tributos a Recuperar	231	192
<b>Total</b>	<b>23.379</b>	<b>21.556</b>

**d) Estoques**  
Os estoques correspondentes ao ano de 2022 e 2021 estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Materia Prima	93.505	67.969
Produtos em Elaboração	1.592	1.030
Produtos Acabados	1.988	571
<b>Total</b>	<b>97.085</b>	<b>69.570</b>

**e) Investimentos** Os Investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo de aquisição. Conforme determina o item nº 10 da NBC TG 18 (R3), os investimentos em Coligadas foram avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado no quadro a seguir:

MEP - Equivalência Patrimonial	Patrimônio Líquido	% Participação da S.A. Moageira	Participação Societária
Moageira Irati Cereais S.A.	45.330	50,00%	22.665
Indústria Moageira Nova Odessa S.A.	164	50,00%	82
Secacereais Com. De Cereais Ltda	1.356	24,10%	327
<b>Total</b>	<b>46.850</b>		<b>23.074</b>

Adicionalmente, a Companhia possui outras participações em sociedades avaliadas pelo custo de aquisição. Desta forma, os Investimentos correspondentes ao ano de 2022 e 2021, estão assim compostos:

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
Moageira Irati Cereais S.A.	22.665	20.590
Indústria Moageira Nova Odessa S.A.	82	(1.781)
Secacereais Com. de Cereais Ltda.	327	331
<b>Total</b>	<b>23.074</b>	<b>19.140</b>

**f) Imobilizado e Intangível** O imobilizado da Companhia em sua maioria está composto por máquinas e equipamentos, imóveis, edificações e veículos, reconhecidos pelo custo de aquisição em suas datas, deduzido os valores correspondentes às suas respectivas depreciações, e está assim composto:

Composição	Custo de Aquisição	(-) Deprec. Amortiz. Acumulada	31/12/2022 Valor Residual	31/12/2021 Valor Residual
Terras	1.159	-	1.159	1.159
Edificações	18.153	(906)	17.247	3.836
Máquinas e Equipamentos	36.876	(10.411)	26.465	5.448
Móveis e Utensílios	685	(508)	177	144
Equipamento de Informática	353	(243)	110	75
Instalações	491	(293)	198	118
Veículos	1.153	(588)	565	485
Instalações Elétricas	1.830	(677)	1.153	380
Bens Reavaliados	3.491	(2.265)	1.226	1.538
Reforço	13	-	13	13
Imobilizações em Andamento	5.328	-	5.328	35.397
Intangível	14	(11)	3	5
<b>Total</b>	<b>69.546</b>	<b>(15.902)</b>	<b>53.644</b>	<b>48.598</b>

**g) Instituições Financeiras** - Os saldos estão compostos por empréstimos nas modalidades FGPP, FGI, FINEP e FINAME junto às Instituições Financeiras, estando classificados no circulante os valores exigíveis no exercício social seguinte e demais valores classificados como não circulante. Os Empréstimos e financiamentos por Instituições Financeiras, correspondentes ao ano de 2022 e 2021, estão assim compostas:

Instituição Financeira	Saldo em 2022	Saldo em 2021
<b>Circulante</b>		
Banco do Brasil S/A.	36.996	38.254
Banco Itaú S/A.	10.209	4.801
Banco Safra S/A.	3.360	1.717
Banco Santander S/A.	1.334	14.283
Banco Sicob.	24.985	7.295
Banco Bocom BBM S/A.	5.000	-
Banco Bradesco S/A.	2.260	10.245
<b>Sub Total</b>	<b>84.144</b>	<b>76.595</b>

**Não Circulante**  
Banco do Brasil S/A. 16.194 15.626  
Banco Itaú S/A. 25 32  
Banco Safra S/A. 1.829 2.890  
Banco Bradesco S/A. 3.704 5.926  
Banco Santander S/A. 2.484 3.819  
**Sub Total** 24.236 28.293  
**Total** 108.380 104.888

**h) Obrigações Tributárias e Fiscais**  
As Obrigações Tributárias e Fiscais, correspondentes ao ano de 2022 e 2021, estão assim compostas:

Composição	Saldo em 2022	Saldo em 2021
IRRF a Recolher	37	31
INSS a Recolher	329	215
FUNRURAL a Recolher	10	3
ISS Retido a Recolher	2	6
IRPJ e CSLL Diferidos	102	102
Parcelamento Tributos	10	10
Outros	490	672
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>672</b>

**i) Dividendos a Pagar** Corresponde ao saldo de Dividendos Obrigatórios, nos termos do Estatuto Social e da Lei nº. 6.404/76. **j) Capital Social** O Capital Social é de R\$ 12.000.000 (Doze milhões de Reais), dividido em 1.950.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **k) Reserva de Incentivos Fiscais** Constituída nos termos do Artigo 195-A da Lei nº. 6.404/76, corresponde aos créditos tributários definidos como Subvenção para Investimento, nos termos do Artigo nº 30 da Lei nº. 12.973/14.

Irati, 31 de dezembro de 2022.

**DIRETORIA**  
MARCELO VOSNIKA  
ROBERTO VOSNIKA  
MARCOS VOSNIKA  
LUIZ ANTONIO CONDE - Técnico em Contabilidade CRC-PR 15.666/0-7

DIRETOR  
DIRETOR  
DIRETOR

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

(em milhares de Reais)	2022	2021
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>302.354</b>	<b>197.295</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(11.284)</b>	<b>(6.801)</b>
(-) Abatimentos e Devoluções	(3.029)	(1.407)
(-) Tributos Incidentes Sobre a Receita	(8.255)	(5.394)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>291.070</b>	<b>190.494</b>
<b>CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>(255.316)</b>	<b>(167.109)</b>
<b>(-) DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.922)</b>	<b>(12.450)</b>
Despesas com Vendas	(15.560)	(10.375)
Despesas Gerais e Administrativas	(5.282)	(4.095)
Outras Receitas Operacionais	7.920	2.020
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>22.832</b>	<b>10.935</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(11.398)</b>	<b>(3.716)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL</b>	<b>11.434</b>	<b>7.219</b>
IRPJ e CSLL Diferido	-	(1.014)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.434</b>	<b>6.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>11.434</b>	<b>6.205</b>
Mais: Depreciação e Amortização	1.925	1.870
Mais: Encargos Financeiros Líquidos	11.394	5.073
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>24.753</b>	<b>13.148</b>
<b>VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS</b>		
Contas a Receber de Clientes	(10.752)	(8.775)
Tributos a Recuperar	(1.823)	(1.658)
Adiantamentos a Fornecedores	(856)	3.514
Outros Créditos	104	(3.128)
Estoques	(27.515)	(30.998)
Despesas do Exercício Seguinte	(102)	(692)
Fornecedores a Pagar	30.345	10.108
Obrigações Trabalhistas e Sociais	196	64
Obrigações Tributárias e Fiscais	(284)	706
Adiantamentos de Clientes	30	(7)
Dividendos a Pagar	33	31
Créditos Diversos	-	(2.285)
<b>DISPONIBILIDADES CONSUMIDAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>14.129</b>	<b>(19.972)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Ativo Imobilizado e Investimentos	(10.905)	(10.741)
<b>DISPONIBILIDADES CONSUMIDAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(10.905)</b>	<b>(10.741)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Empréstimos Bancários	(7.902)	33.296
Dividendos Pagos	(2.165)	(2.000)
<b>DISPONIBILIDADES GERADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(10.067)</b>	<b>31.296</b>
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(6.843)</b>	<b>583</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>16.178</b>	<b>15.595</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>9.335</b>	<b>16.178</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(6.843)</b>	<b>583</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da  
S.A. MOAGEIRA E AGRÍCOLA  
Irati/PR

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da S.A. MOAGEIRA E AGRÍCOLA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S.A. MOAGEIRA E AGRÍCOLA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

A Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor**  
A Administração da Empresa é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7E26-26A5-9AFC-8CAB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7E26-26A5-9AFC-8CAB



### Hash do Documento

EFC220F6CA9B7BBE15829E6F7B4870A73763E7337EEEDAAFDABAE77B638560B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 08:36 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30





# Ademicon Administradora de Consórcios S.A

CNPJ: 84.911.098/0001-29

## Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2022

ademicon.com.br

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da **ADEMICON Administradora de Consórcios S/A.**, correspondentes ao período findo em **30 de junho de 2022**, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com a marca **ADEMICON, IVECO, NEW HOLLAND, LIBRELATO, MITSUBISHI e SUZUKI**, entre outras, que consolida nosso trabalho há mais de 30 anos. A companhia atualmente possui 124 grupos em andamento, com 128.681 cotas ativas. No período, a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 56.513.977,92. O patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2022 representa R\$ 54.723.252,03. O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela superação em diversos marcos históricos e a inauguração de diversos projetos e eventos que auxiliaram a companhia a ultrapassar, por dois meses consecutivos o recorde de volume de crédito mensal vendido, sendo R\$ 1 bi em MAI22 e R\$ 1,5 bi em JUN22. No período, o crescimento da produção foi de 50,3% com relação ao ano anterior.

Na data-base 30/06/2022, a ADEMICON se posiciona como 1ª colocada no ranking do Banco Central, entre as administradoras independentes, tanto em ativos administrados quanto em cotas comercializadas, nos segmentos I e II - Imóveis e Pesados).

No período, a companhia reforçou ainda mais a mensagem da diversificação de portfólio como um dos pilares de crescimento - desta vez, por meio do lançamento do plano 50, que proporciona a contratação de consórcios na rede Ademicon com pagamento das parcelas com redução de 50% até o momento da contemplação da cota - O lançamento do plano foi majoritariamente responsável pelo aumento significativo no volume de vendas no 1º semestre. Além disso, o período contou a mega inauguração de 21 lojas, complementando o portfólio de mais de 140 lojas no grupo. Além disso, a companhia concluiu parceria com a RICTV para uma experiência personalizada em consórcio, utilizando toda a experiência Ademicon através do modelo de Consórcio As A Service. Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador, a ADEMICON Participações S/A.; e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 21 de março de 2023

Os Administradores

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/jun/22	31/dez/21	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/jun/22	31/dez/21
<b>Circulante</b>		<b>75.672</b>	<b>59.294</b>	<b>Circulante</b>		<b>58.397</b>	<b>34.680</b>
Disponibilidades	7	177	635	Outros Passivos		58.397	34.680
Ativos financeiros	8	54.963	53.875	Fiscais e Previdenciárias	13	11.390	8.375
Outros créditos		20.532	4.783	Diversas	16	34.993	26.305
Rendas a receber	10	8.075	1.590	Taxa administrativa a apropriar	14	12.014	-
Adiantamentos	10	5.247	3.193	<b>Não Circulante</b>		<b>92.500</b>	<b>74.541</b>
Comissão a apropriar	10	7.210	-	Outros Passivos		92.500	74.541
<b>Não Circulante</b>		<b>119.465</b>	<b>81.639</b>	Provisão para contingências	17	1.160	988
Outros valores e bens	9	21.117	20.751	Recursos não procurados	15	1.913	22.140
Outros créditos		98.348	60.888	Taxa administrativa a apropriar	14	89.403	-
Valores referentes a grupos encerrados	10	-	51.389	Valores referentes a grupos encerrados	10	-	51.389
Diversos	10	2.533	9.499	Diversas	16	24	24
Comissão a apropriar	10	95.815	-	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>54.723</b>	<b>39.716</b>
<b>Permanente</b>		<b>10.483</b>	<b>8.005</b>	<b>Capital Social</b>	18.1	<b>19.943</b>	<b>19.943</b>
Imobilizações em curso	12.1	7.923	5.668	<b>Reserva Legal</b>	18.2	<b>4.160</b>	<b>4.160</b>
Imobilizado de uso	12.1	6.792	6.436	<b>Lucros e Prejuízos Acumulados</b>		<b>30.620</b>	<b>15.613</b>
Intangível	12.2	875	689				
(-) Depreciações e amortizações		(5.107)	(4.789)				
(-) Imobilizado de uso	12.1	(4.812)	(4.550)				
(-) Intangível	12.2	(295)	(239)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>205.620</b>	<b>148.938</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>205.620</b>	<b>148.938</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	Nota	Capital Realizado	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020</b>		7.000	2.282	6.866	16.148
Lucro Líquido do Período		-	-	42.935	42.935
Reserva Legal		-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	(58.200)	(58.200)
Aquisição de investimento por incorporação		12.942	1.878	24.013	38.833
<b>Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021</b>		19.942	4.160	15.614	39.716
Lucro Líquido do Período		-	-	56.514	56.514
Reserva Legal		-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	26	-	-	(41.507)	(41.507)
Aquisição de investimento por incorporação		-	-	-	-
<b>Saldos Finais em 30 de Junho de 2022</b>		19.942	4.160	30.621	54.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/jun/22	31/dez/21	Passivo	30/jun/22	31/dez/21
<b>Circulante</b>		<b>2.922.512</b>	<b>2.524.295</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.922.513</b>	<b>2.524.295</b>
Caixa e Equivalente a Caixa		979	2.408	Outras Obrigações		2.922.513
Depósitos Bancários		979	2.408	Obrigações Diversas		2.922.513
Depósitos Bancários		979	2.408	Obrigações com Consorciados		1.727.617
Aplicações Financeiras		758.000	651.828	Valores a Repassar		47.932
Outras		758.000	651.828	Obrigações por Contemplações a Entregar		686.791
Aplicações Financeiras		758.000	651.828	Obrigações com a Administradora		1.394
Outros Créditos		2.163.533	1.870.059	Recursos a Devolver a Consorciados		373.987
Valores Específicos		2.163.533	1.870.059	Recursos do Grupo		84.792
Bens Retomados ou Devolvidos		5.206	4.556	Compensação		38.804.178
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	11	2.158.327	1.865.503	Consórcio		38.804.178
Compensação		38.804.178	34.447.883	Recursos Mensais a Receber de Consorciados		116.875
Consórcio		38.804.178	34.447.883	Obrigações do Grupo por Contribuições		19.587.926
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		116.875	101.919	Bens ou Serviços a Contemplar - Valor		19.099.377
Contribuições Devidas ao Grupo		19.587.926	17.376.994	<b>Total do Passivo e contas de compensação</b>		<b>41.726.691</b>
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		19.099.377	16.968.969			<b>36.972.178</b>
<b>Total do Ativo e contas de compensação</b>		<b>41.726.691</b>	<b>36.972.178</b>			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

##### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ademicon Administradora de Consórcios S.A., é uma companhia de capital fechado, tendo por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis, veículos leves e pesados e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/dez/71. Forma jurídica: Sociedade Anônima de capital fechado. Sede: Av. Sete de Setembro, 5870 - Batel - Curitiba - PR. Na data de 29 de novembro de 2021, a companhia finalizou um processo de incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Empresa do mesmo setor especialista em consórcio de veículos leves e pesados. O processo de incorporação está descrito nos seguintes pontos: 1.1 *Processo de Incorporação:* 1.1.1 *Contexto Operacional:* ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. (Ademilar - CNPJ nº 84911098000129) e CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. (Conseg - CNPJ nº 81.742.223/0001-26), ambas empresas administradoras de consórcio, sendo a primeira focada em consórcio de Investimento Imobiliário e a última, administradora de consórcio focada em veículos leves e pesados. Em 02 de julho de 2020, Conseg Consórcios, Ademicon Participações Societárias Ltda., Trator Participações S.A., William Jefferson Maciel Fernandes, Leste Private Equity Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Treecorp Trator Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jussara Pianowski, Raul Schuchovsky Neto, Tatiana Schuchovsky Reichmann, Conseg Participações S.A., e Ademilar celebraram um acordo de investimentos e outras avenças, por meio do qual foram acertados os termos e condições para que seja formalizada a combinação de negócios da Conseg Participações, da Ademicon, e suas respectivas afiliadas. Assim, ainda no ano de 2020, os representantes das empresas iniciaram as tratativas para fusão comercial de seus segmentos, em razão da sinergia e complementariedade das atividades, motivo pelo qual realizaram uma incorporação societária. Desta forma, foi originada a ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., posicionando, portanto, a empresa no mercado como a maior administradora independente de consórcios do Brasil. 1.1.2 *Da Incorporação:* Em 30/11/2020 houve elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil Apurado por Meio dos Livros Contábeis elaborado pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S, o qual teve como objetivo a avaliação dos saldos do patrimônio líquido contábil apurado por meio de livros contábeis com posição em 30/11/2020 da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., empresa incorporada pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Com base no laudo apresentado, foi entendido que o valor do patrimônio líquido contábil da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. é de R\$ 12.942.914,32, conforme balanço patrimonial de 30/11/2020. Portanto, o capital social da Incorporadora (Ademilar) passou de R\$ 7.000.000,00, dividido em 7.000.000 ações ordinárias, para R\$ 19.942.914,32, dividido em 9.844.920 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Ainda, como documento de suporte da incorporação foi elaborado o Protocolo e Justificação de Incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., que, em suma, previu a necessidade de cumprimento das condições suspensivas para consumação da incorporação, e dentre elas, estava a obtenção da devida aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, Protocolo e Justificação de Incorporação ficou estabelecido que as variações patrimoniais apuradas na empresa incorporada, com relação aos elementos ativos e passivos a serem vertidos para a empresa incorporadora, no período entre a data-base e a data da efetivação da incorporação seriam devidamente apropriadas pela própria incorporadora, passando-se para seus livros contábeis e efetuando-se as alterações necessárias. Em 22/01/2021 as empresas realizaram Assembleia Geral Extraordinária, a fim de aprovar a incorporação e seus documentos, os quais foram devidamente aprovados por unanimidade. Como consequência da operação, houve a alteração do grupo de controle societário da incorporadora, mediante ingresso dos novos acionistas e a mudança da denominação social para Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Em 25/05/2021 houve a eleição de nova Diretora de Operações, passando, portanto, a Sra. Maria Fernanda Schuchovsky Gruber a assumir o cargo em questão na Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Os documentos societários foram encaminhados para validação do Banco Central do Brasil - BACEN e deferidos em 18/08/2021, com condições complementares a serem cumpridas pelas partes mediante expedição do Ofício 18070/2021 - BCB/Deorf/GTCUR. Após a retificação para inclusão da previsão de membros suplentes em igual número ao previsto para os membros efetivos do Conselho Fiscal, conforme determina o artigo 161, §1º, da Lei nº 6.404/1976, todos os registros no módulo "Autorizações" do Unicad, declara-

ção de conferência do estatuto social, nos termos da Carta Circular nº 3.129, de 1º de abril de 2004, envio do mapa de composição de capital refletindo a nova composição societária da incorporadora, que deverá ser transmitido eletronicamente por meio do Sistema de Transferência de Arquivos (STA), conforme Sisorf 3.4.30.70 e dos documentos do fechamento da operação ao BACEN, os documentos societários passaram por uma nova análise. Todavia, em 24/11/2021 o BACEN emitiu o Ofício 26977/2021-BCB/Deorf/GTCUR deferindo o processo de incorporação, seguindo-se, portanto, de autorização para iniciar os registros perante a Junta Comercial do Paraná e perante a Receita Federal do Brasil, os quais só foi finalizado em 29/11/2021. O acervo líquido a ser incorporado, representado pela totalidade dos ativos e passivos da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., na data-base de 29 de novembro de 2021, estava assim composto:

##### ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa	51.850
Valores referentes a grupos encerrados	38.432
Cotas de Consórcio Conseg	11.561
Empréstimos a grupos encerrados	7.321
Imobilizado/Intangível	2.456
Rendas a receber	696
Outros ativos	3.384
<b>Total do Ativo</b>	<b>115.700</b>

##### PASSIVO

Valores referentes a grupos encerrados	38.432
Recursos não procurados	10.649
Impostos a recolher	7.467
Provisão para contingências	857
Valores recebidos a ratear - grupos encerrados	2.811
Outras Obrigações	16.651
<b>Total do Ativo</b>	<b>76.867</b>

##### ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL

O total de passivo incorporado pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., é de R\$ 76.867 dos quais R\$ 38.432 é referente a recursos pendentes de recebimento de grupos encerrados (lançamento que também é contabilizado no ativo) e R\$ 10.649 referente a recursos não procurados, R\$ 7.467 como passivos fiscais e previdenciários e R\$ 16.651 a outras obrigações (R\$ 2.235 provisões com pessoal, R\$ 6.703 provisões de viagens de incentivo comerciais e fornecedores diversos e R\$ 7.713 de comissões a pagar). As contingências passivas totalizaram R\$ 857, das quais R\$ 38 é referente a contingências trabalhistas e R\$ 818 cíveis. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 739,7 em 29 de novembro de 2021. 1.1.3 *Da consolidação da operação:* Desta forma, a Ademicon Administradora de Consórcios S.A. passou a ser constituída do seguinte quadro: a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem nomeados na Assembleia Geral Ordinária de 2024: **Tatiana Schuchovsky Reichmann** Diretora Presidente; **Guilherme Mei Carrasco** - Diretor Financeiro; **Maria Fernanda Schuchovsky Gruber** - Diretora de Operações. b) Acionista Controladora: Ademicon Participações S/A

##### 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSOLIDADA DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações. Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna semestre representa os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Observamos os

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	Nota	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Receita Operacional</b>			
Receita de prestação de serviços	19	180.303	124.350
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.798	230
Impostos e contribuições incidentes	20	(20.635)	(7.293)
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>162.466</b>	<b>117.287</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com Pessoal	21	(22.781)	(7.964)
Outras Despesas Administrativas	23	(55.607)	(79.503)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	24	(2)	(546)
		(78.391)	(87.456)
<b>Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações</b>		<b>84.076</b>	<b>29.831</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	25	(27.562)	(10.066)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>56.514</b>	<b>19.208</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Lucro Líquido do Semestre	56.514	19.208
Movimentação do Semestre	-	-
Resultado Abrangente do Semestre	56.514	19.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Lucro Líquido	56.514	19.208
Ajustes por:		
Depreciação	329	119
Imposto de renda e contribuição social	27.562	10.066
Lucro Ajustado	84.404	29.950
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Rendas a receber	(23.219)	3.312
Cotas de consórcio	(366)	(2.277)
Outros créditos	4.911	36
Comissões a apropriar	(103.025)	-
Obrigações fiscais e previdenciárias	1.285	653
Taxa adm a apropriar	118.151	-
Provisão para passivos contingentes	172	7
Recursos não procurados	(20.227)	961
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.831)	(9.583)
Outras obrigações	8.688	4.439
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>44.943</b>	<b>27.499</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Aquisições de Imobilizado/Intangível	(2.807)	(1.892)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(2.807)</b>	<b>(1.892)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Distribuição de Dividendos	(41.507)	(14.023)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(41.507)</b>	<b>(14.023)</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>629</b>	<b>11.584</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	54.511	17.119
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	55.140	28.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	2º Semestre 2021	Valor Acumulado
Disponibilidades no Início do Período	654.236		

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais

(quando a obrigação de performance é satisfatória), determinando a adoção prospectivamente do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente. Essas alterações foram aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. A adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2022 resultou nas contabilizações demonstradas a seguir:

	Nota	Saldo em 30/06/2022
<b>Outros Créditos - Administradora</b>		
Taxa de administração a receber	10 (i)	24.112
Comissão a apropriar	10 (vi)	103.025
<b>Passivos de contratos com clientes</b>		
Taxa de administração de lance recebido	14	50.854
Taxa de administração antecipada	14	67.297
<b>Receita de prestação de serviços</b>		
Taxa de administração	19	178.717
<b>Despesa de prestação de serviços</b>		
Comissão Pessoa Jurídica		8.435

**b) Instrução normativa BCB nº 187, de 25 de novembro de 2021:** A Instrução Normativa BCB nº 187/2021 revoga a exigência do reconhecimento das despesas de comissão de venda de quotas de consórcio no resultado quando da realização da venda, conforme definido pela Carta Circular nº 2.598/1995. Desta forma, as despesas de comissão passaram a ser registradas pelo regime de competência, conforme CPC 47, onde essas alterações aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 21 de março de 2023.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes: **3.1 Da Administração:** **3.1.1 Apuração de resultados:** O resultado é apurado pelo regime de competência mensal. Até 31 de dezembro 2021 a taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. A partir de 01-01-2022, a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular Bacen nº 2.381/93, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, onde a taxa de administração de receita de contrato com cliente passou a ser reconhecida por competência mensal, ao longo do prazo dos grupos de consórcio em cumprimento da obrigação de performance. Da mesma forma as despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio que em 31 de dezembro 2021 eram apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas, passaram a ser reconhecidas e registradas por competência mensal de acordo com o contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2022. **3.1.2 Ativos Financeiros:** **3.1.2.1 Classificação e Mensuração:** A Ademicon classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **3.1.2.2 Ativos Mantidos até o Vencimento:** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **3.1.2.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, onde a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito em compromisso de empréstimos e em contrato de garantia financeira aplicando os requisitos de redução ao valor recuperável, reconhecendo a provisão em outros resultados abrangentes. Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. **3.1.3 Caixas e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como depósitos bancários, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Recursos estes utilizados pela companhia para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **3.1.4 Outros créditos:** Compostos pelas taxas de administração a receber e comissões a apropriar, reconhecida pela competência a partir de 1º de janeiro de 2022, cotas vendidas para terceiros que estavam em poder da companhia, valores empréstimos a grupos encerrados que foram transferidos para a administradora e adiantamentos diversos (despesas com pessoal, despesas antecipadas e fornecedores). **3.1.5 Investimentos:** Está demonstrado ao custo de aquisição. **3.1.6 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea, acrescido de correção monetária até 31 dezembro de 1995, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens. **3.1.7 Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os semestres. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **3.1.8 Redução ao valor recuperável dos ativos:** Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, permanece o mesmo julgamento dado em 31 de dezembro de 2021, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, onde a administração da Companhia avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade. **3.1.9 Ativo e passivo circulantes e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **3.1.10 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 mil no ano (R\$ 120 mil no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. **3.1.11 Impostos e contribuições incidentes:** Gerada sobre o faturamento, as alíquotas de PIS/Cofins correspondem a 9,25% e alíquota de ISS corresponde a 2% devido a regime tributário especial do programa Tecnoparque, junto com a prefeitura de Curitiba, previsto na lei complementar nº 64/2007, regulado pelo decreto nº 310/2008. **3.1.12 Passivos contingentes e obrigações legais:** São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. **3.1.13 Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2022. **Resultados não recorrentes:** **3.1.14 Resultados não recorrentes:** Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. **3.1.15 Reserva Legais:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **3.1.16 Outras Informações:** A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47. Assim, no 1º semestre/2021, tanto as receitas de taxa de administração, como as despesas de comissões, foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado. Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022. **3.2 Dos grupos de consórcio:** **3.2.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nº 3.432 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração. **3.2.2 Direitos dos consorciados contemplados:** Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens vigente no mês. **3.2.3 Previsão mensal de recursos a receber consorciados:** Refere-se à previsão de arrecadação de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **3.2.4 Contribuições devidas ao grupo:** Demonstram as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. **3.2.5 Valores e bens ou serviços a contemplar:** Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.6 Obrigações com consorciados:** Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. **3.2.7 Valores a repassar:** Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, multa rescisória e outros. **3.2.8 Obrigações por contemplações a entregar:** Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. **3.2.9 Recursos a devolver a consorciados:** Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. **3.2.10 Recursos dos grupos:** Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. **3.2.11 Recursos coletados:** Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. **3.2.12 Recursos utilizados:** Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos

compromissos. **3.2.13 Das normas para Consórcios:** A companhia está aplicando todas as instruções normativas e resoluções vigentes apresentadas pelo banco central na elaboração das Demonstrações Financeiras.

**4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS E GESTÃO DE RISCOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **4.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados.; **discorrer. ii. Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2002 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iii. Taxa de administração a receber:** corresponde ao diferimento das taxas antecipadas pagas pelo consorciado oriundas de lance e antecipação de parcela de acordo com o prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2002 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iv. Provisão para passivos Contingentes:** As Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **4.2 Gestão de Riscos:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Essa gestão é realizada pela administração da Companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

**5. CONTROLES INTERNOS**

Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

**6. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS**

**6.1 Posição das operações de consórcios:** Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	30/jun/22	31/dez/21
Número de Grupos Administrados	124	118
Quantidade de Bens Pendente de Entrega	5.574	4.948
Quantidade de Bens Entregue no Período	3.819	6.723
Quantidade Total dos bens Entregues dos Grupos em andamento	40.576	26.161
Número de Consorciados Ativos - Total	128.681	118.602
Contratos Quitados	11.485	10.413
Contratos não Quitados	117.196	108.189
Número de Consorciados Excluídos - Total	93.056	79.710
Taxa de Inadimplência	12,83%	12,18%
Inadimplentes	16.512	14.451
Contempladas	35.018	31.922

**6.2 Taxa de administração:** A taxa de administração média arrecadada nos grupos de consórcios está demonstrada conforme a seguinte tabela:

	30/jun/22	31/dez/21
Imóveis	23,2%	23,1%
Veículos Pesados	13,7%	13,7%
Veículos Leves	14,1%	14,1%
Outros	21,4%	20,7%

**6.3 Taxa de administração futura:** Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	30/jun/22	31/dez/21
Consorciados contemplados/não contemplados	3.461.107	3.042.549

**7. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	30/jun/22	31/dez/21
Caixa e equivalentes a caixa	177	635
Caixa geral	3	3
Bancos 1	174	632

1 O valor das disponibilidades encontra-se registrado em conta corrente sem renuneração e está disposto nas seguintes instituições financeiras em 30-06-2022 sendo: R\$ 171 em conta corrente Banco Bradesco, R\$ 1 em conta corrente Banco Itaú e R\$ 2 em conta corrente Caixa Economica Federal.

A tabela seguinte demonstra o aging do saldo líquido dos empréstimos a grupos encerrados na data de 30 de junho de 2022:

	Empréstimo	Valor Recuperado	PLD	Saldo após Recuperação	PCLD	Saldo Líquido
0 - 6 meses	2.842	(970)	-	1.872	(787)	1.085
6 - 12 meses	5.165	(1.927)	-	3.238	(2.828)	410
12 - 24 meses	5.505	(3.035)	-	2.470	(2.155)	315
24 - 48 meses	10.172	(6.909)	-	3.263	(3.112)	151
mais de 49 meses	16.774	(8.871)	(3.892)	4.011	(3.850)	161
<b>Total</b>	<b>40.458</b>	<b>(21.712)</b>	<b>(3.892)</b>	<b>14.854</b>	<b>(12.732)</b>	<b>2.122</b>

Dada a natureza da atividade da companhia, a cobrança pode levar mais tempo para serem negociados.

**11. OUTROS CRÉDITOS - GRUPOS**

	30/jun/22	31/dez/21
Direitos junto a consorciados contemplados	2.158.326	1.865.503
Normais	2.105.407	1.817.521
Em Atraso	11.372	9.331
Cobrança Judicial	41.547	38.651

**12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

**12.1 Imobilizado de uso:**

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Central Telefônica	Sistema de segurança	Total de Imobilizado em uso	Imobilizações em Curso 1	Total Imobilizado
	10%	10%	20%	10%	10%	10%			
Saldo em 31/12/2020									
Custo	700	373	1.316	203	-	26	2.617	-	2.617
Depreciação	(331)	(200)	(846)	(178)	-	(26)	(1.581)	-	(1.581)
Saldo contábil líquido	369	173	469	25	-	-	1.036	-	1.036
Em 2021									
Saldo Inicial	369	173	469	25	-	-	1.036	-	1.036
Aquisições	29	-	230	-	-	-	260	4.158	4.418
Baixas	(4)	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Depreciação	(59)	(34)	(155)	(5)	(1)	-	(253)	-	(253)
Saldo contábil líquido	336	138	545	21	(1)	-	1.039	4.158	5.197
Migração por incorporação									
Ativo	1.321	1.007	1.129	(0)	106	-	3.562	1.510	5.072
Depreciação	(1.032)	(1.007)	(605)	-	(71)	-	(2.715)	-	(2.715)
Saldo em 31/12/2021									
Custo	2.046	1.380	2.674	203	106	25	6.435	5.668	12.103
Depreciação	(1.422)	(1.242)	(1.606)	(182)	(71)	(26)	(4.549)	-	(4.549)
Saldo contábil líquido	625	138	1.068	21	34	-	1.886	5.668	7.554
Em 1º Sem. 2022									
Saldo Inicial	625	138	1.068	21	34	-	1.886	5.668	7.554
Aquisições	53	-	346	-	-	-	399	2.255	2.654
Baixas	-	-	(43)	-	-	-	(43)	-	(43)
Depreciação	(61)	(17)	(187)	(2)	(5)	-	(272)	-	(272)
(-) Baixas Depreciação	-	-	11	-	-	-	11	-	11
Saldo contábil líquido	617	121	1.195	19	29	-	1.981	7.923	9.904
Custo	2.099	1.380	2.977	203	106	25	6.792	7.923	14.714
Depreciação	(1.483)	(1.259)	(1.782)	(184)	(76)	(26)	(4.812)	-	(4.812)
Saldo contábil líquido	617	121	1.195	19	29	(1)	1.980	7.923	9.903

1 Imobilizado em curso: capitalização de projetos em andamento com o objetivo de construir a nova arquitetura de tecnologia da companhia e criar soluções digitais de venda e relacionamento para potencializar o produto core e lançamento de novos produtos.

**12.2 Intangível:**

	Software	Marcas e patentes	Total Intangível
% Anual de amortização	20%	20%	
Saldo em 31/12/2020			
Custo	254	4	258
Depreciação	-	-	-
Saldo contábil líquido	254	4	258
Em 2021			
Saldo Inicial	254	4	258
Aquisições	96	-	96
Baixas	-	-	-
Depreciação	(3)	-	(3)
Saldo contábil líquido	347	4	351
Migração por incorporação			
Ativo	336	-	336
Depreciação	(236)	-	(236)

**8. ATIVOS FINANCEIROS**

	Quantidade	Valor Cota	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantidos até o vencimento	Total
Fundos de Investimento (1)						
BRAD FI FICFI RF REFER						
DILP GRUPOS	5.164,74239	10,0060569	51	-	-	51
BRAD H FIRF REF DI						
CP LP EXECUTIVO	3.674.121,49081	14,8785296	54.500	-	-	54.500
CDB pós-fixado (2)						
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					412	412
Total			54.551	-	442	54.551

(1) O valor de mercado dos títulos públicos que compõe os fundos é correspondente ao preço dos ativos na B3 e indexados a o CDI.

(2) O CDB é emitido pelo banco Caixa Econômica Federal e possui uma rentabilidade média de 95% do CDI.

**9. OUTROS VALORES E BENS**

Trata-se de cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar grupos recém-inaugurados.

	30/jun/22	31/dez/21
Outros valores e bens	21.117	20.751
Cotas de Consórcio Ativas	19.138	

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais

13. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/jun/22	31/dez/21
IRPJ e CSLL	11.390	8.375
Pis e Cofins <sup>1</sup>	4.615	2.462
ISS	2.611	1.669
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.302	1.177
Outros tributos <sup>2</sup>	1.118	1.480
	1.744	1.589

<sup>1</sup> Pis e Cofins: corresponde ao saldo incidente sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta da alavancagem da operação de consórcios e incorporação.

<sup>2</sup> Outros tributos: refere-se contribuições e provisões sobre salários.

14. PASSIVO DE CONTRATOS COM CLIENTES

Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência (anteriormente ao cumprimento da obrigação de performance), a ser realizada ao longo do tempo pelo método linear no prazo de contrato com o cliente atendendo a regulamentação do Bacen através da Resolução BCB nº 120, que adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47.

	30/jun/22	30/jun/21
Taxa administrativa a apropriar - Circulante	12.014	—
Taxa de administração de lance recebido <sup>1</sup>	3.999	—
Taxa de administração antecipada <sup>1</sup>	8.015	—
Taxa administrativa a apropriar - Não Circulante	89.403	—
Taxa de administração de lance recebido <sup>1</sup>	46.974	—
Taxa de administração antecipada <sup>1</sup>	42.429	—

<sup>1</sup>As taxas de administração de lance recebido e taxa de administração antecipada também estão lineares ao prazo do contrato, reconhecidas pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente.

15. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Valores recebidos após encerramento dos grupos que não foram distribuídos entre os consorciados pertencentes a esses grupos, devido à não localização do consorciado. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, a companhia está realizando tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central. Em 30 de junho de 2022 o saldo da conta de recursos não procurados está representado pelo montante de R\$ 21.873, sendo R\$ 1.913 em contas patrimoniais não circulante e R\$ 19.960 em contas de compensação<sup>1</sup> (R\$ 22.140 em 31 de dezembro de 2021).<sup>1</sup>Devido a nova regra aplicada aos valores referentes a recursos não procurados, o saldo da conta, após a aplicação da norma foi transferido para as contas de compensação conforme a instrução normativa BCB Nº 208.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	30/jun/22	31/dez/21
Outras obrigações diversas - Circulante	34.993	26.305
Comissões a pagar <sup>1</sup>	20.711	14.682
Obrigações com pessoal	4.173	4.044
FGTS a repassar	370	979
Fornecedores diversos	9.739	6.600
Outras obrigações diversas - Não Circulante	24	24
Fornecedores diversos <sup>2</sup>	24	24

<sup>1</sup> Corresponde as comissões de pessoas jurídicas e pessoas físicas geradas no mês de competência para pagamento no mês subsequente. <sup>2</sup> Corresponde aos seguros de vida e seguros de imóveis a repassar de grupos de consórcio.

17. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2022, há situações que necessitam de registro em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

(a) Composição das Contingências Passivas:

	30/jun/22	31/dez/21
Contingências Passivas	1.160	988
Cívicas	1.075	953
Trabalhistas	85	35

(b) Movimentação das Contingências Passivas:

	Civil	Trabalhista
Em 30 de Junho 2021	20	—
Constituições	3.512	35
(-) Reversões	—	—
(-) Pagamentos	(2.579)	—
Em 31 de Dezembro 2021	953	35
Constituições	122	50
(-) Reversões	—	—
(-) Pagamentos	—	—
Em 31 de Junho 2022	1.075	85

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 733,0 em 30 de junho de 2022 (R\$ 739,7 em 31 de dezembro de 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social: O capital social resultante é pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País está composto de 19.942.914 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	Quotas	%
Total	19.943	100
Ademicon Participações SA.	19.943	100

A Companhia é controlada pela empresa Ademicon Participações SA., a qual detém 100,00% de suas ações. Os controladores do grupo econômico ao qual a Companhia pertence, são: Jussara Pianowski Schuchovsky, Raul Schuchovsky Neto, Tatiana Schuchovsky Reichmann, Trator Participações S.A., William Jefferson Maciel, Treecorp Trator Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Leste Private Equity. Em 30 de junho de 2022, o PLA - Patrimônio Líquido da Companhia representa R\$ 51.347. 18.2 Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 30 de junho de 2022 é de R\$ 4.160 (R\$ 4.160 em 30 de dezembro de 2021). 18.3 Distribuição de dividendos: De acordo com o deliberado em reunião dos acionistas, foram distribuídos e pagos dividendos no 1º Semestre de 2022, com base nos balancetes levantados ao longo do semestre no montante de R\$ 41.507, (R\$ 58.99,98 em 30 de dezembro de 2021).

19. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Devido a incorporação realizada na data de 29 de novembro de 2021 e juntamente com a força de vendas realizada no 1º Semestre de 2022, nossa receita de prestação de serviços gerou um aumento significativo referente ao mesmo período no 1º Semestre de 2021.

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	180.303	124.350
Taxa de administração <sup>1</sup>	178.717	123.588
Taxa de transferência de contratos	814	514
Outras taxas	772	248

<sup>1</sup> Taxa de administração: A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular Bacen nº 2.381/93, que estabelecia o reconhecimento da receita de taxa de administração por ocasião de seu efetivo recebimento, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	20.635	7.293
ISS	5.488	2.482
COFINS	12.452	3.953
PIS	2.696	858

21. DESPESAS DE PESSOAL

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	22.781	7.964
Proventos	12.734	4.958
Encargos	6.217	1.538
Benefícios	1.860	911
Participação nos lucros	1.970	557

22. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia adotou a política de participação nos lucros e resultados a partir do ano 2020, totalizando um saldo de R\$ 1.970 no período findo em 30 junho de 2022 e R\$ 2.035 em 31 dezembro de 2021.

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	55.607	79.503
Comissões pagas a terceiros <sup>1</sup>	8.435	63.666
Despesas de marketing e propaganda	18.243	9.231
Despesas com incentivos/patrocínios comerciais <sup>2</sup>	11.771	480
Serviços de terceiros	3.127	2.496
Despesas com processamento de dados	2.994	1.193
Outras despesas <sup>3</sup>	7.596	971
Despesas de aluguel/utilidades	1.714	1.184
Despesas de transporte/viagens	1.398	163
Depreciação e amortização	329	119

<sup>1</sup>Comissões pagas a terceiros: até 31 de dezembro de 2021, as despesas de comissões sobre vendas das cotas de consórcios eram apropriadas ao resultado, substancialmente, por ocasião da comercialização. O Bacen, através da Resolução BCB nº 120, adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47, e a partir de 2022 as comissões sobre vendas das cotas de consórcios passaram a ser capitalizadas na rubrica de "Comissões a apropriar" (Nota 10 (vii)), líquida da redução ao valor recuperável com base em estimativa dos custos incrementais não recuperáveis, e amortizados ao resultado numa base sistemática consistente. <sup>2</sup> Foram criadas

novas campanhas de incentivo e fechados novos patrocínios durante o semestre entre a companhia e as marcas, eventos como o Summit para divulgação da nossa marca, além de premiação para a entrada de novos clientes. <sup>3</sup> Essa conta teve um aumento em relação ao 1º semestre de 2021 devido a mudança de contabilização da PDD, onde os lançamentos foram adequados a resolução do BACEN (Nota10).

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	1º Semestre 2021
Total	(2)	546
Despesas Bancárias	215	450
Varição Monetária Ativa/Passiva	(303)	56
Multas e juros	52	43
Outras receitas/despesas operacionais	34	(3)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Resultado antes dos impostos	84.076	29.274
(-) Efeito Comissões CPC 47	(103.025)	—
(+) Efeito Receita CPC 47	94.077	—
(+) Despesas Indedutíveis	55	18
(+) PDD	6.092	—
(+) Doações	364	56
(+) Brindes	702	542
Base de cálculo	82.341	29.890
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto antes das deduções	(27.984)	(10.151)
Incentivos fiscais (PAT/outs)	422	85
IR e CS no resultado do exercício	(27.562)	(10.066)

26. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Foram distribuídos dividendos no 1º semestre de 2022 no valor de R\$ 41.507, e foi aprovado, conforme faculta o Estatuto Social da Companhia e o art. 204 da Lei 6.404/76, que a Diretoria realize o pagamento de dividendos com base nos balancetes intermediários levantados ao longo do presente exercício, observando-se a distribuição do Lucro apurado nas demonstrações financeiras intermediárias, limitando-se ao valor de R\$120.000 (cento e vinte mil reais) no presente exercício social.

27. PARTES RELACIONADAS

27.1 Investimentos em coligadas e controladas: A Companhia não possui investimentos em coligadas e controladas. 27.2 Partes relacionadas: Para o período não foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas; 27.3 Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração total dos diretores estatutários, registrada na demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2022 foi equivalente a R\$ 1.183 e R\$ 1.723 para o exercício findo em 31 dezembro de 2021.

28. SEGUROS CONTRATADOS

Para o período foram contratados seguros para nossos imóveis das sedes administrativas, onde os mesmos estão sendo apropriados pelo período do contrato da apólice sendo suas coberturas as seguintes: - Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza; - Danos elétricos; - Despesas de recomposição de registros e documentos; - Quebra de vidros; - Rompimento de tanques e tubulações; - RC estabelecimentos comerciais e/ou industriais; - Danos morais - RC estabelecimentos comerciais/industriais.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia realizou duas operações de reestruturação societária: 29.1 Incorporação reversa da Ademicon Participações S.A. pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A. e contribuição de ações na Ademicon Crédito Serviços e Consultoria: A Operação insere-se no contexto da reorganização societária idealizada e conduzida pelas Partes, a qual visa o ganho de benefícios administrativos, econômicos e financeiros para as Partes e, ao mesmo tempo, permitindo a realocação de ativos e passivos com maior eficiência. Interesse dos Acionistas na Operação e Benefícios para as Partes. A realização da Operação trará os seguintes benefícios às Partes: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária das Partes, e, conseqüentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes, permitindo a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por consequência, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelo grupo econômico; e (iii) racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais combinados. No contexto descrito, e após a incorporação reversa da Ademicon Participações S.A. pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A., ainda na data de 31 de dezembro de 2022, foi feita a contribuição de ações da Ademicon Administradora de Consórcio na Ademicon Crédito Serviços e Consultoria, passando a ter o 100% de participação na Ademicon Administradora de consórcio S.A.

A DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente

Guilherme Carrasco - Diretor Vice-Presidente

Jorge Mancía - Diretor Financeiro

CONTADOR:

Carlos Eduardo Matozo - CRC: 023076/O-5 TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas, **Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 30 de junho de 2022, e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 30 de junho de 2022 e da demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Adoção da Resolução BCB nº 120/2021:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, para adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Em decorrência da adoção, as receitas de taxa de administração dos grupos de

consórcios, que anteriormente eram reconhecidas pelo seu efetivo recebimento, passam a ser reconhecidas com base na transferência efetiva dos serviços prestados aos clientes, conforme previsto no artigo nº 23 da referida resolução, de maneira prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Curitiba, 21 de março de 2023

Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador - CRC 1PR050377/O-6

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code  
para acessar a página de Publicações Legais no portal do  
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/539D-C035-B92C-27AA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 539D-C035-B92C-27AA



### Hash do Documento

4F289207555963A28D9F6A4692661F5959F34D631AA5297DCF1B382DDF98D6F8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 08:38 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30





**Fospar S.A.** CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### A Fospar S.A.

Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. (Fospar ou Companhia) está localizada em Paranaguá (PR). A Companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel. Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. (Mosaic Fertilizantes), a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 248 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões. Juntas, Mosaic Fertilizantes e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. As empresas têm profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeito ao meio ambiente. Durante o período de 2017 a 2020 e comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das relações comerciais, Mosaic Fertilizantes e Fospar investiram cerca de R\$ 250 milhões de reais no projeto inovador de expansão do terminal portuário.

### Ética

O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato - entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência - é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic Fertilizantes. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

### Atividades Portuárias

Em um único mês, de 10 a 13 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 40 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto píer com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

### Desempenho ambiental, social e governança (ESG)

Mosaic Fertilizantes e Fospar têm o compromisso de preservar o meio ambiente e

trabalham para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades.

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic Fertilizantes. As operações das duas companhias geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos. Em 2022, a Fospar recebeu o Selo Clima Paraná, que reconhece quem, voluntariamente, mede, divulga e reduz a produção de carbono para amenizar os efeitos causados pelas mudanças climáticas.

A Fospar possui ainda as certificações internacionais ISO 14001:2015, de gestão ambiental, ISO 45001:2018, de saúde e segurança ocupacional, e ISO 9001:2015, de gestão da qualidade.

### Qualidade

A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários.

A Companhia possui também uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade.

### A economia e o mercado

#### Agronegócio

O agronegócio continua sendo carro chefe para a economia, representando aproximadamente 25% do PIB brasileiro de 2022 de acordo com o índice divulgado pelo Cepea/ESALQ-USP, ligeiramente abaixo do PIB de 2021 (27%), em função do movimento mais forte dos fatores do custo. Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos, de acordo com os registros da Conab, saímos de 73 milhões de toneladas em 1996 para 260 milhões na safra 2021/22, e a estimativa da Conab para 2022/23 é por volta de 299 milhões de toneladas.

As exportações do agronegócio somaram US\$ 159,09 bilhões em 2022, de acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura e Pecuária, os preços internacionais das commodities agrícolas influenciaram o desempenho, obtendo um incremento de 32% na comparação com os US\$ 120,59 bilhões exportados em 2021. O setor representou 47,6% do total das vendas externas do Brasil

no período.

O crescimento dos embarques de milho e soja foi um dos principais fatores para o forte aumento nas exportações, com aumento em volume de 16% no período. No ano de 2022, o volume total de grãos exportados chegou a 145 milhões de toneladas (125 em 2021), ou o equivalente a praticamente metade da safra brasileira de grãos. Ainda assim, o principal produto exportado do agronegócio brasileiro em 2022 continuou sendo a soja em grãos, seguido pela carne bovina *in natura*.

Em termos de distribuição geográfica das exportações brasileiras do agronegócio em 2022, grande parte foi destinada aos países da região da Ásia, sendo a China o principal destino, com estimados 34% de participação, um aumento puxado pelo aumento da exportação de carne bovina para o país.

### Fertilizantes

O mercado brasileiro em 2022, segundo a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), ficou em 41,1 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 45,9 milhões de toneladas em 2021. Em um ano de muitas incertezas geopolíticas com o início do confronto Rússia x Ucrânia logo no começo do ano e consequentemente problemas de abastecimento global de fertilizantes, os preços dos insumos subiram e levaram os produtores a adotar menos tecnologia nas lavouras, e por mais que a falta de fertilizantes não tenha se concretizado, o medo ocupou boa parte do ano dos produtores. Apesar disso, os preços das commodities agrícolas se mantiveram em bons patamares no mercado doméstico com uma relação de troca (relação de preço dos fertilizantes e commodity), que foi melhorando na segunda metade do ano, chegando a patamares considerados bons no final do ano.

### Perspectivas

Para as entregas em 2023, a expectativa é de recuperação em um momento de relações de troca e rentabilidade melhores para o produtor. O plantio do soja ocorreu na janela ideal e os preços das commodities levam a um cenário positivo para as próximas safras, ainda que o sul do Brasil esteja sofrendo com a estiagem pelo terceiro ano consecutivo devido aos efeitos do fenômeno La Niña. Metodologias contratadas de consultorias de mercado indicam um aumento de área de plantio e retomada dos investimentos em 2023, sustentando um cenário de entregas de fertilizantes próximo aos patamares de 2021, cerca de 45 a 46 milhões de toneladas.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	23	202.080	203.829
Custos dos serviços prestados	24	(189.846)	(177.554)
<b>Lucro bruto</b>		12.234	26.275
Despesas administrativas e gerais	24	(2.726)	(2.213)
Outras (despesas) receitas operacionais	25	3.184	(9.095)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		12.692	14.967
Receitas financeiras	26	5.267	4.178
Despesas financeiras	26	(25.173)	(32.333)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		(19.906)	(28.155)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(7.214)	(13.188)
Imposto de renda			
Corrente	12	-	1.400
Diferido	12	2.532	4.394
<b>Prejuízo do exercício</b>		(4.682)	(7.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Prejuízo do exercício</b>	(4.682)	(7.394)
<b>Resultado abrangente</b>	(4.682)	(7.394)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(4.682)	(7.394)
<b>Ajuste por:</b>			
Depreciação	14	22.949	24.587
Depreciação de ativos de direito de uso	19	5.261	4.674
Baixa de ativos de direito de uso	19	1.197	-
Custo residual de ativos imobilizados baixados	14	89	128
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	12	(2.532)	(4.394)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(1.400)
Variações monetárias, cambiais e juros	17 e 19	24.832	29.544
Provisão para contingências	18	1.203	3.304
Provisões trabalhistas		34	355
Provisões perdas tributárias	11	834	8.144
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber		7.269	(6.635)
Estoques		(1.021)	(1.777)
Impostos a recuperar		(2.811)	(7.738)
Depósitos judiciais		(570)	803
Outros ativos		274	792
Fornecedores		(3.421)	4.278
Outras contas a pagar		1.777	2.015
Adiantamentos de clientes		(2.908)	4.376
Provisão para contingências		(359)	(353)
Juros pagos	17 e 19	(13.921)	(15.634)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(78)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		33.494	37.597
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições do ativo imobilizado	14	(31.309)	(26.452)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		(31.309)	(26.452)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de passivos de arrendamento	19	(5.314)	(4.336)
Pagamentos de empréstimos	17	-	(20.000)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		(5.314)	(24.336)
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		26.145	39.336
No fim do exercício		23.016	26.145
<b>(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		(3.129)	(13.191)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem recursos vinculados, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber. **Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não teve nenhum passivo financeiro classificado ao valor justo pelo resultado em 2022 e 2021. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo Circulante	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.016	26.145	Debêntures	17	1.573	1.536
Contas a receber de clientes	9	8.345	15.614	Passivos de arrendamento	19	12.068	4.500
Estoques	10	9.608	8.841	Fornecedores	15	20.468	22.559
Impostos a recuperar	11	7.001	5.952	Adiantamentos de clientes	16	1.865	4.773
Outros créditos		2.121	2.395	Impostos e contribuições a recolher		2.692	2.279
<b>Total do ativo circulante</b>		50.091	58.947	Provisão para férias e comissões a pagar		3.130	2.821
<b>Não circulante</b>				Provisão para contingências	18	1.124	1.124
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão gratificações a empregados		2.442	2.717
Estoques	10	6.025	5.771	Outras contas a pagar		6.006	4.758
Impostos a recuperar	11	32.600	31.672	<b>Total do passivo circulante</b>		51.368	47.067
Depósitos judiciais		1.985	1.415	<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.945	-	Debêntures	17	193.390	182.516
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		42.555	38.858	Passivos de arrendamento	19	10.514	19.270
Ativos de direito de uso	19	21.077	23.409	Provisão para contingências	18	8.520	7.676
Imobilizado	14	384.912	375.311	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	587
<b>Total do ativo não circulante</b>		448.544	437.578	Outras contas a pagar		124	8
<b>Total do ativo</b>		498.635	496.525	<b>Total do passivo não circulante</b>		212.548	210.057
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	21a	209.468	209.468
				Reserva de reavaliação	21b	5.852	5.852
				Reservas de lucros	21c	19.399	24.081
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		234.719	239.401
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		498.635	496.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Para expansão		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	209.468	5.852	11.540	19.935	-	246.795
<b>Prejuízo do exercício</b>	-	-	-	-	(7.394)	(7.394)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	7.394	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	209.468	5.852	11.540	12.541	-	239.401
<b>Prejuízo do exercício</b>	-	-	-	-	(4.682)	(4.682)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	4.682	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	209.468	5.852	11.540	7.859	-	234.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Fospar S.A. ("Fospar" ou "Companhia"), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araujo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra ao Decreto nº 1.102/93); a fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de debêntures conforme os prazos divulgados na nota explicativa 17. A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 4.682 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nessa data, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 1.277. Contudo, parte substancial das prestações de serviços são prestadas com seus acionistas. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo e seus acionistas, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes estratégicos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro de seus acionistas, os quais tem permitido e estão comprometidos a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. A receita da Companhia está essencialmente concentrada em clientes do mesmo grupo. Vide nota explicativa no. 13.

### 2 BASE DE PREPARAÇÃO

**Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 29 de Março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(Em milhares de Reais)

financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c. Estoques:** Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do exercício corrente e comparativo, estão descritas na nota explicativa 14.b Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Um ativo financeiro não derivativo mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. **(ii) Ativos não financeiros:** Imobilizado e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado. **f. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **g. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: (i) Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **(ii) Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados:** A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja exigido para liquidar a obrigação. **j. Receita operacional:** As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. No processo de industrialização a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o

serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho a companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita. Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desativa a Companhia firma contrato determinando entre outras condições de preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga tão logo o navio é atracado. Navios atracados ao final do mês a Companhia monitora o serviço de desativa e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

**Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2022:** Alterações no CPC 48, CPC 25, CPC 27, CPC 15 (R1): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25): Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocado de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras. • Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27): A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado e acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15 (R1)): As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15 (R1) - Combinação de negócios (equivalente ao IFRS 3 *Business Combinations*) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* ou IFRIC 21 *Levies*), se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à CPC 15 (R1) para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. • IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período. **a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Adicionalmente, as normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras: • Contratos de Seguro (CPC 50, em substituição ao CPC 11 - Contratos de Seguro) equivalente à IFRS 17, é a nova norma contábil abrangente para contratos de seguros que inclui reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação; • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26 (R1)); • Definição de estimativas contábeis (alteração no CPC 23). • Definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 (R1)). • Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). Não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixa e saldo em bancos	1.603	414
Aplicações financeiras	21.413	25.731
	<u>23.016</u>	<u>26.145</u>

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos referenciados em DI e certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas ao redor de 96,8% do CDI em 2022 (97,5% do CDI em 2021), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	2022	2021
Mercado interno		207	1.977
Partes relacionadas	13	<u>8.138</u>	<u>13.637</u>
		<u>8.345</u>	<u>15.614</u>

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas (*impairment*), a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento. Na data de apresentação das demonstrações financeiras a Companhia possui constituída perdas estimadas de créditos, referente a um único cliente cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2021) e que encontra-se totalmente provisionado.

10 ESTOQUES

	2022	2021
Circulante		
Almoxarifado	9.608	8.841
Não circulante		
Almoxarifado	6.025	5.771

O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços. Adicionalmente a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 16.272 (R\$ 36.870 em 31 de dezembro de 2021) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.

11 IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
ICMS	6	25
PIS e COFINS não cumulativos (i)	5.311	5.636
Imposto de Renda e Contribuição Social - antecipação (ii)	1.684	291
	<u>7.001</u>	<u>5.952</u>
<b>Não circulante</b>		
ICMS	36.442	34.335
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS	(14.579)	(13.745)
PIS e COFINS não cumulativos (i)	7.249	6.354
Imposto de Renda e Contribuição Social - Antecipação (iii)	3.488	4.728
	<u>32.600</u>	<u>31.672</u>

(i) Créditos de PIS e COFINS registrados são decorrentes de operações de aquisição de ativo imobilizado e insumos. Os montantes reconhecidos no não circulante são decorrentes somente de operações de aquisição de ativo imobilizado. (ii) Imposto de renda retidos na fonte e antecipações ocorridas durante o ano de 2022. (iii) Saldo negativo relativo ao ano calendário de 2012 indeferido pela Receita Federal para fins de compensação. A Companhia está aguardando decisão do CARF para recebimento deste valor em dinheiro. Adicionalmente, constam saldos negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores. A movimentação da provisão para perdas com deságio de ICMS está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(13.745)	(5.601)
Constituição de provisão no exercício	(948)	(1.462)
Constituição de provisão adicional (i)	-	(6.872)
Reversão de provisão no exercício	114	190
	<u>(14.579)</u>	<u>(13.745)</u>

(i) Provisão constituída visando ajustar o valor de impostos a recuperar - ICMS ao seu valor de realização. A Companhia está estruturando operações para propiciar a realização do crédito tributário de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como mantém um comitê interno, cuja atribuição é reunir-se periodicamente com o objetivo de prover sugestões de operações para redução desses créditos. No ano de 2021, a Companhia reavaliou sua capacidade de realização dos créditos e, fundamentada nas práticas atuais do mercado, atualizou a alíquota aplicada sobre o montante total de crédito para fins de deságio, passando de 20% para 40%. Essa alíquota permaneceu inalterada para o ano de 2022.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal a compensar	7.089	3.007	-	-	7.089	3.007
Provisões para contingências	3.486	2.987	-	-	3.486	2.987
Outras provisões	8.390	7.110	-	-	8.390	7.110
Receita diferida	-	-	(207)	-	-	(207)
Juros capitalizados	-	-	(5.950)	(6.205)	(5.950)	(6.205)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 (i)	-	-	(10.863)	(7.486)	(10.863)	(7.486)
	<u>18.965</u>	<u>13.104</u>	<u>(17.020)</u>	<u>(13.691)</u>	<u>1.945</u>	<u>(587)</u>

(i) Referente ao ajuste derivado da diferença entre a vida útil dos ativos imobilizados e a taxa fiscal de depreciação dos ativos, conforme CPC 27. Os créditos tributários diferidos possuem os seguintes prazos estimados de realização:

	2022	2021
2022	-	2.019
2023	4.502	2.921
2024	4.502	2.921
2025	4.502	2.921
2026	3.083	2.322
2027 a 2032	2.376	-
<b>Total</b>	<u>18.965</u>	<u>13.104</u>

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

	2022	2021
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.214)	(13.188)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pelas alíquotas fiscais vigentes	2.453	4.484
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(12)	(14)
Exclusões permanentes:		
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização de créditos tributários. (i)	91	1.323
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>2.532</u>	<u>5.794</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	1.400
Diferido	<u>2.532</u>	<u>4.394</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>2.532</u>	<u>5.794</u>
Alíquota efetiva	35%	44%
(i) Crédito referente decisão da inconstitucionalidade da incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre valores referente à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.		

13 PARTES RELACIONADAS

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora final da Companhia com 62,06% de participação no Capital Social (vide nota explicativa nº 21 a). Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas:

	Transações/Resultado		Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.</b>						
Clientes	-	-	7.333	11.020	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	5	-
Receitas brutas de serviços (i)	117.416	109.058	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.195)	(1.244)	-	-	-	-
Despesa financeira	-	(319)	-	-	-	-
<b>Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.</b>						
Clientes	-	-	805	1.465	-	-
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	-	-	5	1.006
Receitas brutas de serviços (i)	60.911	66.416	-	-	-	-
<b>Mosaic Fertilizantes Limited.</b>						
Clientes	-	-	-	-	873	-
Receitas brutas de serviços (i)	12.537	21.062	-	-	-	-
Despesas financeiras	(31)	(48)	-	-	-	-
<b>Mosaic Global Sales LLC.</b>						
Clientes	-	-	-	-	197	-
Receitas brutas de serviços (i)	3.960	5.020	-	-	-	-
Despesas financeiras	(10)	(8)	-	-	-	-
<b>Mosaic Fertilizantes P&amp;K</b>						
Clientes	-	-	-	-	82	-
Receitas brutas de serviços (i)	1.163	284	-	-	-	-
<b>Totais consolidados</b>						
Clientes	-	-	8.138	13.637	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	5	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	5	1.006
Receitas brutas de serviços	195.987	201.840	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(1.195)	(1.244)	-	-	-	-
Despesas financeiras	(41)	(375)	-	-	-	-

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic Fertilizantes do Brasil e Fertipar) e serviços portuários para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. representam 68% do total do exercício de 2022 (66% em 2021). Adicionalmente o percentual de receitas oriundas de partes relacionadas em 2022 representam 75% das receitas totais da Companhia (76% em 2021). (ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas. (iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar. **13.1 Remuneração do pessoal-chave da administração:** A entidade obtém serviços de pessoal-chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.


**Fospar S.A.** CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de Reais)

**14 IMOBILIZADO**
**a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado**

	2022		2021	
	Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	298.254	(79.655)	218.599	215.247
Equipamentos e instalações	249.854	(119.371)	130.483	122.934
Computadores e periféricos	8.946	(5.240)	3.706	4.035
Veículos	24	(24)	—	—
Móveis e utensílios	897	(458)	439	340
Obras e instalações em andamento	25.294	—	25.294	26.364
<b>Total</b>	<b>589.660</b>	<b>(204.748)</b>	<b>384.912</b>	<b>375.311</b>

	2021		2020	
	Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	284.668	(69.421)	215.247	215.273
Equipamentos e instalações	231.307	(108.373)	122.934	127.414
Computadores e periféricos	8.779	(4.744)	4.035	4.724
Veículos	24	(24)	—	—
Móveis e utensílios	765	(425)	340	309
Obras e instalações em andamento	26.364	—	26.364	23.524
<b>Total</b>	<b>558.298</b>	<b>(182.987)</b>	<b>375.311</b>	<b>377.635</b>

	Saldo em				Saldo em				
	01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021	01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391	6.391	—	—	—
Edificações e benfeitorias	274.052	—	—	10.616	284.668	274.052	—	—	10.616
Equipamentos e instalações	223.676	—	(1.214)	8.845	231.307	231.307	—	—	—
Computadores e periféricos	8.779	—	—	—	8.779	8.779	—	—	—
Veículos	24	—	—	—	24	24	—	—	—
Móveis e utensílios	675	—	(5)	137	897	897	—	—	—
Obras e instalações em andamento	23.524	22.391	—	(19.551)	26.364	23.524	22.391	—	(19.551)
<b>Total</b>	<b>537.121</b>	<b>22.391</b>	<b>(1.214)</b>	<b>—</b>	<b>558.298</b>	<b>537.121</b>	<b>22.391</b>	<b>(1.214)</b>	<b>—</b>

	Saldo em				Saldo em				
	01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021	01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391	6.391	—	—	—
Edificações e benfeitorias	274.052	—	—	10.616	284.668	274.052	—	—	10.616
Equipamentos e instalações	223.676	—	(1.214)	8.845	231.307	231.307	—	—	—
Computadores e periféricos	8.779	—	—	—	8.779	8.779	—	—	—
Veículos	24	—	—	—	24	24	—	—	—
Móveis e utensílios	675	—	—	90	765	675	—	—	—
Obras e instalações em andamento	23.524	22.391	—	(19.551)	26.364	23.524	22.391	—	(19.551)
<b>Total</b>	<b>537.121</b>	<b>22.391</b>	<b>(1.214)</b>	<b>—</b>	<b>558.298</b>	<b>537.121</b>	<b>22.391</b>	<b>(1.214)</b>	<b>—</b>

O montante de R\$ 1.330 (R\$ 3.128 em 2021) faz parte das adições do ano de 2022, entretanto ainda encontram-se em aberto em "Fornecedores". Este montante para fins de fluxo de caixa foi ajustado em "Aquisições de Imobilizado".

	Saldo em				Saldo em			
	01/01/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2021	01/01/2022	Depreciação	Baixas	31/12/2022
Edificações e benfeitorias	(69.421)	(10.234)	—	(79.655)	(69.421)	(10.234)	—	(79.655)
Equipamentos e instalações	(108.373)	(12.181)	1.183	(119.371)	(108.373)	(12.181)	1.183	(119.371)
Computadores e periféricos	(4.744)	(496)	—	(5.240)	(4.744)	(496)	—	(5.240)
Veículos	(24)	—	—	(24)	(24)	—	—	(24)
Móveis e utensílios	(425)	(38)	5	(458)	(425)	(38)	5	(458)
<b>Total</b>	<b>(182.987)</b>	<b>(22.949)</b>	<b>1.188</b>	<b>(204.748)</b>	<b>(182.987)</b>	<b>(22.949)</b>	<b>1.188</b>	<b>(204.748)</b>

	Saldo em				Saldo em			
	01/01/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2021	01/01/2022	Depreciação	Baixas	31/12/2022
Edificações e benfeitorias	(58.777)	(10.644)	—	(69.421)	(58.777)	(10.644)	—	(69.421)
Equipamentos e instalações	(96.262)	(13.197)	1.086	(108.373)	(96.262)	(13.197)	1.086	(108.373)
Computadores e periféricos	(4.055)	(689)	—	(4.744)	(4.055)	(689)	—	(4.744)
Veículos	(24)	—	—	(24)	(24)	—	—	(24)
Móveis e utensílios	(368)	(57)	—	(425)	(368)	(57)	—	(425)
<b>Total</b>	<b>(159.486)</b>	<b>(24.587)</b>	<b>1.086</b>	<b>(182.987)</b>	<b>(159.486)</b>	<b>(24.587)</b>	<b>1.086</b>	<b>(182.987)</b>

**b. Vida útil estimadas do ativo imobilizado:** as vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para o ano de 2021 e 2022, são as seguintes:

	2022	2021
Edificações e benfeitorias	10 a 33 anos	10 a 33 anos
Equipamentos e instalações	17 anos	13 anos
Computadores e periféricos	11 anos	9 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos

As vidas úteis estimadas, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

**15 FORNECEDORES**

	Nota	2022	2021
Mercado interno		20.463	22.559
Partes relacionadas	13	5	—
		<b>20.468</b>	<b>22.559</b>

A Companhia possui contratos firmados com agentes financeiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada FinanFor, no montante de R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.106 em 31 de dezembro de 2021). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira destas operações e concluiu que não há alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

**16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	Nota	2022	2021
Adiantamento de clientes terceiros		1.860	3.767
Adiantamento de partes relacionadas	13	5	1.006
		<b>1.865</b>	<b>4.773</b>

**17 DEBÊNTURES**

Modalidade de aquisição de ativo fixo/investimento	2022		2021		
	Encargos financeiros	Não circulante	Encargos financeiros	Não circulante	
Debêntures	IPCA + 6,53% a.a.	1.573	193.390	1.536	182.516
		<b>1.573</b>	<b>193.390</b>	<b>1.536</b>	<b>182.516</b>

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2024	58.016
2025	67.687
2026 em Diante	67.687
<b>Total</b>	<b>193.390</b>

Movimentação da dívida	Debêntures			Mútuo			Total da Dívida			
	01/01/2021	Adições	Baixas	01/01/2021	Adições	Baixas	31/12/2021	01/01/2022	Adições	Baixas
Dívida em 1º de janeiro de 2022	184.052	—	—	—	—	—	184.052	184.052	—	—
Pagamento de principal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Apropriação de juros	22.804	—	—	—	—	—	22.804	22.804	—	—
Pagamento de juros	(12.433)	—	—	—	—	—	(12.433)	(12.433)	—	—
Custo de transação	540	—	—	—	—	—	540	540	—	—
<b>Dívida em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>194.963</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>194.963</b>	<b>194.963</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Movimentação da dívida	Debêntures			Mútuo			Total da Dívida			
	01/01/2021	Adições	Baixas	01/01/2021	Adições	Baixas	31/12/2021	01/01/2022	Adições	Baixas
Dívida em 1º de janeiro de 2021	165.444	21.974	—	—	—	—	187.418	165.444	21.974	—
Pagamento de principal	—	(20.000)	—	—	—	—	(20.000)	—	(20.000)	—
Apropriação de juros	29.444	762	—	—	—	—	30.206	29.444	762	—
Pagamento de juros	(11.294)	(2.736)	—	—	—	—	(14.030)	(11.294)	(2.736)	—
Custo de transação	458	—	—	—	—	—	458	458	—	—
<b>Dívida em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>184.052</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>184.052</b>	<b>184.052</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**a. Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2022 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação (mil)	Encargos financeiros anuais	R\$
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53% a.a.	196.600
Custo da transação	—	—	(1.637)
			<b>194.963</b>

Em 31 de dezembro de 2021 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação (mil)	Encargos financeiros anuais	R\$
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53% a.a.	186.229
Custo da transação	—	—	(2.177)
			<b>184.052</b>

Em 15 de maio de 2018 a Companhia constituiu sua primeira emissão de debêntures no

valor de R\$ 151.232, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Fospar S.A.". O agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão foi a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Como fadoras e principais pagadoras em conjunto com a Companhia na proporção da composição acionária e sem qualquer solidariedade entre si foram nomeadas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. Foram emitidas 151.231.539 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), e terão prazo de oito anos a contar da data da emissão (15 de maio de 2018), vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2026. O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, sendo: a primeira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2024; a segunda parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2025; e a terceira parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2026. *Cláusula de covenant:* Anualmente a Companhia deverá apurar o índice financeiro definido no contrato de debêntures, pois sua não observância constitui evento de inadimplimento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das debêntures. Tais cláusulas estão ligadas a índices de patrimônio e dívida financeira. Com base nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 a Companhia está atendendo aos índices determinados no contrato.

**18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, mas não se limitando a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2022	2021
Provisões trabalhistas	8.739	7.856
Provisões cíveis	29	68
Provisões tributárias	876	876
<b>Total</b>	<b>9.644</b>	<b>8.800</b>
Curto Prazo	1.124	1.124
Longo Prazo	8.520	7.676
<b>Total</b>	<b>9.644</b>	<b>8.800</b>

**a. Movimentação das Contingências:**

	2021			2022		
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Provisão	Provisão
<b>Circulante</b>						
Trabalhistas	1.105	—	—	—	1.105	1.105
Cíveis	19	—	—	—	19	19
<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.124</b>	<b>1.124</b>

**Não circulante**

Trabalhistas	6.751	4.040	(359)	(2.798)	7.634
Cíveis	49	9	—	(48)	10
Tributárias	876	—	—	—	876
<b>Total</b>	<b>7.676</b>	<b>4.049</b>	<b>(359)</b>	<b>(2.846)</b>	<b>8.520</b>
<b>2020</b>	<b>8.800</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.800</b>

	2021			2022		
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Provisão	Provisão
<b>Circulante</b>						
Trabalhistas	1.105	—	—	—	1.105	1.105
Cíveis	19	—	—	—	19	19
<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.124</b>	<b>1.124</b>

**Não circulante**


**Fospar S.A.** CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08


\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	
	Serviços	Portuários
Receita líquida de clientes externos	84.906	118.923
Custos dos segmentos	(92.590)	(60.360)
<b>Lucro bruto</b>	<b>(7.684)</b>	<b>(58.563)</b>
Despesas administrativas e gerais	(1.203)	(726)
Outras receitas operacionais (i)	972	2.381
Outras despesas operacionais (i)	(8.278)	(4.170)
<b>Resultado operacional do segmento</b>	<b>(16.193)</b>	<b>(56.048)</b>
Depreciação e amortização - Custo	(10.426)	(14.161)
Depreciação e amortização - Administrativa	(127)	(174)
Receitas financeiras		4.178
Despesas financeiras		(32.333)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(13.188)</b>	<b>(13.188)</b>
Imposto de renda - corrente		1.400
Imposto de renda - diferido		4.394
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(7.394)</b>	<b>(7.394)</b>

(i) Devido à dificuldade de apropriação direta entre "serviços de industrialização" e "serviços portuários" os valores foram apropriados proporcionalmente à receita líquida. O somatório dos ativos totais dos segmentos de Serviços Industrialização e Serviços Portuários, é de R\$ 497.885 (R\$ 496.085 em 31 de dezembro de 2021), e dos passivos totais é de R\$ 263.166 (R\$ 256.684 em 31 de dezembro de 2021).

**23 RECEITA OPERACIONAL**

	2022	2021
Prestação de serviços de industrialização	84.491	94.749
Prestação de serviços do terminal	177.267	169.455
Impostos sobre vendas	(32.015)	(28.135)
Taxas portuárias (i)	(27.663)	(32.240)
	<b>202.080</b>	<b>203.829</b>

(i) Refere-se basicamente a taxas Inframur e Infraportes devidas à Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e taxa de utilização do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGM/O.

**24 CUSTO E DESPESA POR NATUREZA**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2022	2021
Despesas com manutenções e suprimentos	(59.191)	(60.454)
Despesas com pessoal	(41.228)	(34.899)
Depreciação	(22.949)	(24.586)
Despesas com prestação de serviços	(16.924)	(16.831)
Movimentação de mercadoria	(21.106)	(13.494)
Energia elétrica e água	(17.052)	(15.197)
Aluguéis	(2.070)	(771)
Depreciação de ativo de direito de uso	(5.261)	(5.727)
Outras despesas	(6.791)	(7.808)
	<b>(192.572)</b>	<b>(179.767)</b>

**Classificados como:**

Custos dos serviços prestados	(189.846)	(177.554)
Administrativas e gerais	(2.726)	(2.213)
	<b>(192.572)</b>	<b>(179.767)</b>

**25 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	2022	2021
<b>Outras receitas operacionais:</b>		
Créditos extemporâneos de tributos (i)	3.940	3.353
Ressarcimento de seguros	252	-
Outras	422	-
	<b>4.614</b>	<b>3.353</b>
<b>Outras despesas operacionais com:</b>		
Contingências	(1.341)	(3.027)
Baixas de ativos	(89)	(58)
Provisão de deságio na realização de créditos de ICMS (iii)	-	(5.601)
Processos tributários (ii)	-	(3.514)
Provisões ambientais	-	(148)
Outras	-	(100)
	<b>(1.430)</b>	<b>(12.448)</b>
	<b>3.184</b>	<b>(9.095)</b>

(i) Durante o ano de 2022, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos relativos a

períodos anteriores relacionados a INSS (R\$ 10) e Pis e Cofins (R\$ 3.930). (ii) Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu despesas com o Programa Especial de Recuperação Fiscal do Município de Paranaguá (Refis Municipal), referente a débitos dos anos de 2013 a 2019 no montante de R\$ 3.514. (iii) No ano de 2021, a Companhia alterou a alíquota aplicada sobre o montante total de crédito para fins de provisão para perda, passando de 20% para 40%, conforme nota nº 11.

**26 DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	2.911	1.400
Variações cambiais e monetárias	-	54
Créditos de Pis/Cofins sobre debêntures (ii)	2.356	2.724
	<b>5.267</b>	<b>4.178</b>

**Despesas financeiras**

Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	(23.344)	(30.464)
Despesas juros de arrendamento	(1.488)	(1.604)
Variações cambiais e monetárias	(22)	(17)
Outros	(319)	(248)
	<b>(25.173)</b>	<b>(32.333)</b>
	<b>(19.905)</b>	<b>(28.155)</b>

**Despesas financeiras líquidas**

(i) O total de despesas com juros sobre "Empréstimos e financiamentos", "Debêntures" no ano de 2022 foi de R\$ 22.804 (R\$ 30.206 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, incorremos também na apropriação do "Custo de transação" das debêntures no montante de R\$ 540 (R\$ 258 em 2021) totalizando uma despesa financeira de R\$ 23.344 (R\$ 30.464 em 2021). (ii) Durante o ano de 2021 a Companhia iniciou a tomada de créditos tributários de Pis e Cofins sobre as despesas financeiras derivadas da emissão de debêntures.

**27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a. Classificação contábil e valores justos:** Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias. As debêntures são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

**31 de dezembro de 2022**

Em milhares de Reais	Nota	Valor Contábil		Valor justo	
		por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Aplicações financeiras	8	21.413	-	21.413	21.413
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Contas a receber de clientes	9	-	8.345	8.345	8.345
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.603	1.603	1.603
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Debêntures	17	-	194.963	194.963	194.963
Passivos de arrendamento	19	-	22.582	22.582	22.582
Fornecedores	15	-	20.468	20.468	20.468

**31 de dezembro de 2021**

Em milhares de Reais	Nota	Valor Contábil		Valor justo	
		por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>					
Aplicações financeiras	8	25.731	-	25.731	25.731
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Contas a receber de clientes	9	-	15.614	15.614	15.614
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	414	414	414
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>					
Debêntures	17	-	184.052	184.052	184.052
Passivos de arrendamento	19	-	23.770	23.770	23.770
Fornecedores	15	-	22.559	22.559	22.559

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado. • Risco de liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. *a. Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.016	26.145
Contas a receber de clientes	9	8.345	15.614
		<b>31.361</b>	<b>41.759</b>

**Contas a receber:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, 68% (66% em 2021) da receita de serviços prestados da Companhia referem-se a transações com seus acionistas. Para as demais empresas, para mitigar possíveis riscos em suas vendas a prazo, são efetuadas análises quantitativas e qualitativas de avaliação de solvência, bem como, são respeitados procedimentos internos com níveis de aprovações, suportados por uma Política de Crédito Corporativa devidamente aprovada pela diretoria da Companhia. Do total de contas a receber de clientes 98% refere-se a operações com os acionistas (87% em 2021). As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a sua capacidade de pagamento (análise de crédito). **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 23.016 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 26.145 em 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. *b. Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para evitar a ocorrência dos riscos operacionais tais como: prejuízos diretos ou indiretos associados a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, a administração busca a eficácia de custos e mantém procedimentos de controle. *c. Risco de liquidez:* É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro 2022</b>				
Debêntures	12.978	74.161	164.151	-
Passivos de arrendamento	12.068	925	2.026	7.563
Fornecedores	20.468	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro 2021</b>				
Debêntures	12.519	12.978	238.312	-
Passivos de arrendamento	4.500	3.709	2.840	12.721
Fornecedores	22.559	-	-	-

Certas operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de peças sobressalentes e serviços profissionais. Durante o exercício de 2022 a Companhia transacionou operações em dólares americanos, entretanto no encerramento dos exercícios em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira em aberto.

**Composição da Diretoria**

<b>Corrine Dahlman Ricard</b> Diretor Superintendente	<b>Jairo Carolinski</b> Diretor	<b>Eduardo de Souza Monteiro</b> Diretor	<b>Felipe Ktemperer</b> Diretor	<b>Emerson Araken Martin Teixeira</b> Diretor	<b>Rafael Carlo Finardi</b> Diretor
----------------------------------------------------------	------------------------------------	---------------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------------------	----------------------------------------

**Contador**
**Rodrigo Bergame Ueno**  
CRC SP-283187/O-0 S-PR

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Conselheiros e Diretores da Fospar S.A. - Paranaguá - PR. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fospar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fospar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas:** Veja a Nota 6, e 22 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia reconhece receita de prestação de serviços, principalmente de industrialização de fertilizantes e serviços de movimentação portuária de mercadorias. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de performance, ou seja, quando finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho ou quando material for efetivamente descarregado. O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras. Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento em que o serviço é prestado, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Para uma amostra de transações de serviços prestados pela Companhia inspecionamos a documentação que evidencia a ocorrência da transação de prestação de serviço, a liquidação financeira ou a documentação de medição do serviço; (ii) Para as prestações de serviço reconhecidas no último mês do exercício, efetuamos o cálculo do ajuste de corte de serviços prestados de forma independente, que contempla a inspeção da medição do serviço prestado e aprovado subsequentemente, e comparamos com o ajuste do corte dos serviços prestados efetuado pelo cliente. (iii) Avaliamos ainda se as divulgações nas

demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetavam o momento do reconhecimento das receitas de serviços prestados, os quais não foram registrados pela Companhia. A deficiência que chegou ao nosso conhecimento durante a execução dos procedimentos de auditoria relativa à identificação do momento do reconhecimento das receitas de serviços prestados no final do exercício alterou nossa avaliação quanto à natureza do nosso trabalho e de nossos procedimentos substantivos de auditoria inicialmente planejados. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audito-

ria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 30 de Março de 2023


**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2S-P014428/O-6

**Kátia Dantas**  
Contadora - CRC 1SP18864/O-3

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

 Aponte a câmera do seu celular para o QR Code  
para acessar a página de Publicações Legais no portal do  
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)


## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F548-AAD2-CAED-217E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F548-AAD2-CAED-217E



### Hash do Documento

9527884F1D6A6DD3D6B23B2C0FB3F4F6CF5523D1034840C5006819CD91A839C4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 08:40 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



**HOLDING FINAXIS S.A.**

CNPJ/MF nº 09.492.128/0001-94

**Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

**1. Introdução:** Apresentamos a seguir o Relatório da Administração da Holding Finaxis referente ao exercício de 2022. **2. Resultados Relevantes:** A Holding Finaxis S.A., apresentou prejuízo de R\$ 1.577 mil no exercício de 2022, sendo lucro de R\$ 882 mil no segundo semestre de 2022 e prejuízo de R\$ 2.459 mil no primeiro semestre de 2022. Em 2021, o lucro foi de R\$ 1.550 mil. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 24,7 milhões no final deste exercício (R\$ 27,3 milhões em 2021). **3. Contexto e Perspectivas:** A inflação acumulada

em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 em 5,79%. A taxa básica de juros Selic manteve o ritmo de aumentos iniciado em 2021, finalizando o ano com uma taxa de 13,75%, muito influenciado pelos efeitos inflacionários. A prévia do PIB indica crescimento de 2,9% em 2022, crescimento inferior ao de 2021 de 4,6%. Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 10 de fevereiro de 2023, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) é de 0,76% e as projeções para inflação IPCA são de 5,79%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a

previsão é pela queda até 12,75 ao final do ano. Em 23 de dezembro de 2022 foi publicada a resolução CVM 175, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. Esta resolução trará desafios de implementação, ao mesmo tempo em que trará uma série de oportunidades de crescimento para o mercado de capitais. O Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs, entendendo que é fundamental manter a aceleração no ritmo de investimentos em tecnologia.

**Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
		2.323	3.184			2.064	2.077
<b>Ativo circulante</b>		<b>2.323</b>	<b>3.184</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>2.064</b>	<b>2.077</b>
Disponibilidades	4	570	455	<b>Outras obrigações</b>		<b>2.064</b>	<b>2.077</b>
Outros créditos	6	2.327	2.523	Sociais e estatutárias			387
Dividendos a receber		-	381	Fiscais e previdenciárias		520	467
Diversos		2.327	2.142	Diversas		1.544	1.223
Outros valores e bens	6	336	206	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>520</b>	<b>528</b>
Despesas antecipadas		336	206	<b>Outras obrigações</b>		<b>520</b>	<b>528</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>142</b>	<b>220</b>	Diversas		520	528
Títulos e valores mobiliários	7	-	146	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>8</b>	<b>24.734</b>	<b>27.300</b>
Carteira própria		-	146	Capital de domiciliados no país		18.119	18.119
Outros créditos		142	74	Reservas legal		1.238	1.238
Diversos	6	142	74	Reservas de lucros		5.242	7.904
<b>Permanente</b>		<b>23.943</b>	<b>26.501</b>	Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos		135	39
Investimentos		23.913	26.473	<b>Acionistas não controladores</b>		-	-
Participações em coligadas e controladas	8	23.913	26.473				
Imobilizado de uso		30	28				
Outras imobilizações de uso		118	107				
(Depreciações acumuladas)		(88)	(79)				
Intangível		-	-				
Ativos intangíveis		6	6				
(Amortizações acumuladas)		(6)	(6)				
<b>Total</b>		<b>27.318</b>	<b>29.905</b>	<b>Total</b>		<b>27.318</b>	<b>29.905</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros a realizar	Reserva legal	Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos	
					acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18.119</b>	<b>6.818</b>	<b>1.161</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>26.097</b>
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(388)	(388)
Ajuste a valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	40	-	40
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.550	1.550
Reserva de lucros	-	1.085	-	-	(1.085)	-
Reserva legal 2021	-	-	77	-	(77)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>18.119</b>	<b>7.903</b>	<b>1.238</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>27.299</b>
Distribuição de dividendos	-	(1.084)	-	-	(1.084)	(1.084)
Ajuste a valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	96	-	96
Lucro/prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.577)	(1.577)
Compensação de prejuízo do exercício	-	(1.577)	-	-	1.577	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>18.119</b>	<b>5.242</b>	<b>1.238</b>	<b>135</b>	<b>-</b>	<b>24.734</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Holding Finaxis S.A. ("Holding") tem por objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Reestruturação Societária:** Em vista dos prejuízos obtidos nos anos de 2011 e 2012, no início de 2013 os acionistas acordaram em efetuar determinadas mudanças na gestão do grupo Petra (atual Finaxis), formado pela Holding, pela sua controlada Banco Finaxis S.A. (Banco), pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora ou CTVM) e pela Petra Asset Gestão de Investimentos Ltda. (Asset), e em reverter parcialmente os efeitos da Operação de Consolidação, de forma a balancear as participações acionárias na Holding, considerando o aporte realizado por acionista majoritário previamente à Operação de Consolidação. Nesse sentido, em 26 de abril de 2013, os acionistas celebraram o "Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", através do qual o acionista majoritário adquiriu dos acionistas minoritários um total de 3.863.490 ações de emissão da Holding, equivalentes a 13,2%, cuja aquisição foi aprovada através de decisão do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial nº 160, de 21.08.2015, Seção 3, página 77. Como resultado do Contrato de Compra e Venda de Ações, o referido acionista majoritário passou a deter o controle acionário direto da Holding e a ser controlador indireto do Banco Finaxis S.A. Em complemento à aquisição acima, durante o exercício de 2015, o acionista majoritário recebeu dos minoritários 3.536.648 ações de emissão da Holding, a título de dação em pagamento de obrigação de indenização assumida pelos mesmos no âmbito do Acordo de Indenização celebrado entre as partes em 26 de abril de 2013, passando, portanto, o acionista majoritário a deter aproximadamente 73% do capital social da Holding. Nesse sentido, determinadas medidas, como investimentos em tecnologia, compliance e em recursos humanos, vem sendo adotadas pelos Acionistas desde 2013, com resultados positivos, tendo o Banco Finaxis revertido os prejuízos dos exercícios anteriores e obtido lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2021 e prejuízo em 31 de dezembro de 2022. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:**

**2.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**2.2 Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.5 Base de preparação:** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional: **a)** Pronunciamento conceitual básico (R1) "Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro", homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; **b)** CPC 01 "Redução ao valor recuperável de ativos", homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008"; **c)** CPC 02 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis", regulamentada pelo Bacen através da resolução 4.524/2016; **d)** CPC 03 "Demonstrações do fluxo de caixa", homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; **e)** CPC 04 "Ativo Intangível", homologado pela Resolução 4.534/2016 do Bacen; **f)** CPC 05 "Divulgação de partes relacionadas", homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; **g)** CPC 10 "Pagamento baseado em ações", homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; **h)** CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; **i)** CPC 24 "Contabilização e divulgação de eventos subsequentes", homologação pela Resolução nº 3.973/2011; **j)** CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; **k)** CPC 27 "Ativo imobilizado, homologado pelo Bacen, através da Resolução nº 4.535/2016; **l)** CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020; **m)** CPC 41 "Resultado por ação", homologada pela Resolução CMN nº 3.959/2021; **n)** CPC 46 "Mensuração ao valor justo", homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Resolução BCB 255 de 1º de novembro de 2022, que estabelece a nova estrutura do plano Cosif que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Holding:

**a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Instrumentos financeiros:** Ativos - Registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo classificados entre: **(a)** mantido para negociação, onde foi adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo, sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado; **(b)** mantido até o vencimento, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Holding tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento; **(c)** disponíveis para venda, que são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como mantido para negociação ou mantido até o vencimento; **(d)** contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". **c) Investimentos:** Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Holding tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações contábeis com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota 8. Conforme o método de equivalência

patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Holding no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. As práticas contábeis adotadas pela controlada direta e indireta seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **d) Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil dos bens, mediante a aplicação das seguintes taxas anuais:

Vida útil (Anos)	2022	2021
Móveis e utensílios	10	10
Instalações	5	5
Computadores e periféricos	5	5
<b>e) Outros ativos e passivos:</b> São registrados por seus valores de realização, ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço. <b>f) Apuração de Resultado:</b> As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. <b>4. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:	2022	2021
Disponibilidades	570	455
<b>Total</b>	<b>570</b>	<b>455</b>

**5. Partes relacionadas:** A Holding Finaxis tem como partes relacionadas o Banco Finaxis S.A. e a Finaxis CTVM S.A.

	2022	2021
Valores a receber - Contrato de rateio	2.282	2.096
Valores a Pagar - Banco Finaxis	(1.698)	(1.618)
Valores a Pagar - CTVM	(584)	(478)

São representadas pelos valores relativos ao contrato de rateio entre a Holding, Banco e CTVM. **6. Outros créditos e outros valores e bens:**

	2022	2021
Despesas antecipadas	336	206
Dividendos a receber	-	381
Diversos (a)	2.469	2.216
Total Outros Créditos e Outros valores e bens	<b>2.805</b>	<b>2.803</b>
a) Refere-se a despesas de infraestrutura do rateio das despesas entre Banco e CTVM.		
<b>7. Títulos e valores mobiliários: Títulos disponíveis para venda:</b> Em 31 de dezembro de 2022 a Holding não possui valores em Títulos e Valores Mobiliários e, em 2021 o saldo de títulos e valores mobiliários estava assim representado:		
	2022	2021
<b>Título</b>	<b>Sem</b>	<b>Sem</b>
	<b>vencimento e até 1 ano</b>	<b>vencimento e até 1 ano</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	146
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>146</b>

	2022	2021
<b>8. Investimentos:</b>		
Informações sobre o investimento na controlada		
Número de ações possuídas	17.821	17.821
Percentual de participação (%)	99,248%	99,248%
Movimentação dos investimentos no exercício:		
Saldo inicial	26.472	25.260
Resultado de equivalência patrimonial	(1.589)	1.553
Ajuste ao valor de mercado	96	40
Dividendos complementares	(1.066)	-
Dividendos a receber	-	(381)
<b>Saldo final</b>	<b>23.913</b>	<b>26.472</b>

**9. Patrimônio líquido: 9.1 Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é de R\$18.119 e está representado por 29.169.102 (vinte e nove milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e duas) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrita e integralizadas por acionistas domiciliados no País. Em 30 de setembro de 2013, conforme citado na nota explicativa 1, a Holding realizou a reestruturação societária do Grupo Petra e, para tanto realizou o aumento do capital social, no montante de R\$ 4.455 (emissão de 15.488.196 ações ordinárias), sendo R\$ 2.455 (emissão de 12.924.094 ações ordinárias) através da incorporação de ações da Corretora e em espécie no valor de R\$ 2.000 (emissão de 2.564.102 ações ordinárias), conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2011, a qual foi aprovada pelo Banco Central na data de 28 de março de 2012. **9.2 Reserva de lucros: a.1) Reserva legal:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. **a.2) Reserva de lucros a realizar:** Conforme trata o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, a reserva é constituída com parte do resultado líquido positivo de equivalência patrimonial apurado no exercício. No exercício de 2022 foi utilizado o valor de R\$ 1.577 da conta reserva de lucros para compensar o prejuízo do exercício. **a.3) Dividendos:** O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos de R\$ 1.084 (R\$ 663 em 2021). Não houve provisão para dividendos a pagar em 2022.

	2022	2021
<b>10. Imposto de renda e contribuição social:</b>		
<b>Imposto de Renda:</b>		
Resultado antes do imposto de renda e após as participações	(1.574)	1.550
<b>Adições (exclusões):</b>	1.589	(1.549)
Resultado negativo de equivalência patrimonial	2.688	1.657
Despesa com brindes	12	-
Salário maternidade	38	3
Empresa cidadã	-	-
Multas indevidáveis	-	-
Despesa 13º salário dos diretores	-	-
Bonificações a pagar	-	-
Outras	-	4
Contingências	37	10
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(1.099)	(3.210)
Ressarcimento de contingência	(37)	(10)
Ressarcimento de empresa cidadã	(38)	(3)
Ressarcimento de brindes	(12)	-
Ressarcimento de bonificações	-	-
Reversão de contingência	-	-
<b>Saldo do prejuízo fiscal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro fiscal acumulado no período</b>	<b>15</b>	<b>1</b>
<b>Prejuízo fiscal compensado até a competência</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
<b>Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
<b>Imposto de renda 15%</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

**Demonstrações do resultado - 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
<b>Receitas da Intermediação financeira</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2	6
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>(1.576)</b>	<b>1.544</b>
Despesas de pessoal	(14.581)	(14.269)
Outras despesas administrativas	(6.946)	(6.025)
Despesas tributárias	(72)	(71)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.589)	1.553
Outras receitas operacionais	21.614	20.372
Outras despesas operacionais	(2)	(16)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(1.576)</b>	<b>1.544</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o resultado</b>	<b>(1.574)</b>	<b>1.550</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(3)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-
<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>(1.577)</b>	<b>1.550</b>
Nº de ações	29.169	29.169
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)	(0,05)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(1.577)	1.550
<b>Ajustes ao lucro/(prejuízo)</b>	<b>1.636</b>	<b>(1.486)</b>
Depreciações e amortizações	10	14
Equivalência patrimonial	1.493	(1.593)
Provisão para passivos contingentes	37	61
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponível para venda	96	39
Provisão dividendos a receber	-	381
Provisão dividendos a pagar	-	(387)
<b>Variáveis em ativos e passivos</b>	<b>85</b>	<b>(97)</b>
"(Aumento)/redução" em títulos e valores mobiliários	146	(6)
"(Aumento)/redução" em outros créditos	128	463
"(Aumento)/redução" em outros valores e bens	(130)	(69)
"(Aumento)/redução" em outras obrigações	(59)	(486)
<b>Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>144</b>	<b>(33)</b>
<b>Atividades de investimento</b>	<b>(12)</b>	

★ continuação		Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Holding Finaxis S.A.	
		<b>Dez-22</b>	<b>Dez-21</b>
<b>Patrimônio de referência</b>		<b>23.869</b>	<b>25.802</b>
<b>Nível I</b>		<b>23.869</b>	<b>25.802</b>
Capital principal		23.869	25.802
Capital complementar		-	-
<b>Nível II</b>		-	-
<b>RWA (ativos ponderados pelo risco)</b>		<b>128.957</b>	<b>139.614</b>
Crédito - RWACPAD		12.103	16.355
Mercado - RWAMPAD		-	-
Operacional - RWAOPAD		116.855	123.258
Valores em milhares - R\$			
<b>Índice de Basileia</b>		<b>18,51%</b>	<b>18,48%</b>
Desta forma, observa-se o cumprimento do Finaxis aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor. O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo Banco Central do Brasil, descritas na Resolução CMN nº 4.019. <b>13. Efeitos da pandemia - Covid-19:</b> A Holding Finaxis, em razão do grave cenário da pandemia provocado pela Covid-19, que trouxe diversos reflexos adversos na vida das pessoas e na economia mundial, permanece contribuindo ativamente para apoiar seus clientes, funcionários e fornecedores, e intensificando seu compromisso com a sociedade. Apesar desse cenário adverso, alguns aprendizados foram incorporados em nossas operações, por exemplo, a forma			
<b>Diretora Presidente</b>		<b>Diretores Executivos</b>	
<b>Maria Cláudia Beldi</b>	<b>Reginaldo Lopes</b> Diretor sem designação específica	<b>William Ken Iti Morishigue</b> Diretor Financeiro e Administrativo de Planejamento de Controle	<b>Felipe Castro Dezotti</b> Diretor de Tecnologia da Informação
		<b>Contador</b>	
		<b>Danilo Cerignoni Bonamin</b> CRC SP 189251/O-7	
<b>Relatório do Comitê de Auditoria</b>			
Conforme deliberado na AGO/E de 28/04/2022 e homologado pelo Banco Central do Brasil em 11/08/2022, foi alterado o estatuto social a fim de excluir o capítulo VI - Comitê de Auditoria.			
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis</b>			
Aos Administradores e Acionistas da <b>Holding Finaxis S.A.</b> - Curitiba - PR. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da Holding Finaxis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding Finaxis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A administração da			
Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento		dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2023	
		<b>Grant Thornton</b> Audítores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1	
		<b>Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer</b> Contador CRC 1SP-260.164/O-4	

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A4A8-FC08-B1A5-8ADB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A4A8-FC08-B1A5-8ADB



### Hash do Documento

C379A14502B75B203CF6B212B7AE8E8CB972D6E54D81855DFC819B29C4F79ED3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 10:56 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



**BANCO FINAXIS S.A.**

CNPJ/MF nº 11.758.741/0001-52

**Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Relatório da Administração - Exercício 2022**

**1. Introdução:** Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S/A referente ao exercício de 2022, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil. **2. Resultados Relevantes:** No exercício de 2022 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 47.156 mil, apresentando um aumento de 5% em relação ao mesmo período de 2021, e no prudencial somaram R\$ 64.430 mil, apresentando também um aumento de 5,8%, com relação ao mesmo período do ano anterior. O Banco Finaxis evoluiu o total do Patrimônio Líquido custodiado de R\$ 4,4 bilhões ao final de 2021 para R\$ 5,1 bilhões ao final de 2022, um crescimento de 15,9%. Após um primeiro semestre de prejuízo, decorrente principalmente da equivalência patrimonial da controlada e de pagamentos não recorrentes, o Banco Finaxis obteve no 2º semestre um lucro de R\$ 882 mil, representando um acréscimo de R\$ 3.304 mil em relação ao primeiro semestre. Para o exercício de 2022 o prejuízo foi de R\$ 1.540 mil, o que

representa uma redução de R\$ 3.075 mil com relação ao mesmo período de 2021. O Banco Finaxis vem buscando uma evolução em sua infraestrutura e plataforma tecnológica, trazendo melhor performance e segurança ao ecossistema de negócios, além de uma economia esperada no médio prazo em relação à manutenção da estrutura atual. Este momento vem gerando despesas e o pagamento de multas para o encerramento de contratos prévios. Além disso, o Finaxis também vem trabalhando na racionalização de despesas, o que impactou no pagamento de multas para cancelamento de outros contratos. **3. Contexto e Perspectivas:** A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 em 5,79%. A taxa básica de juros Selic manteve o ritmo de incrementos iniciado em 2021, finalizando o ano com uma taxa de 13,75%, muito influenciado pelos efeitos inflacionários. A prévia do PIB indica crescimento de 2,9% em 2022, crescimento inferior ao de

2021 de 4,6%. Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 10 de fevereiro de 2023, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) é de 0,76% e as projeções para inflação IPCA são de 5,79%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a previsão é pela queda até 12,75 ao final do ano. Em 23 de dezembro de 2022 foi publicada a resolução CVM 175, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. Esta resolução trará desafios de implementação, ao mesmo tempo em que trará uma série de oportunidades de crescimento para o mercado de capitais. O Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs, entendendo que é fundamental manter a aceleração no ritmo de investimentos em tecnologia.

**Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022		2021		Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
<b>Ativo circulante</b>		<b>50.655</b>	<b>41.788</b>			<b>Passivo circulante</b>		<b>36.657</b>	<b>36.412</b>		
Disponibilidades	4	6	17			Depósitos	13	32.480	31.605		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	—	32.189			Depósitos à vista		—	31.605		
Operação compromissada		—	32.189			Outras obrigações		4.177	4.807		
Títulos e valores mobiliários	6	16.357	—			Sociais e estatutárias		—	595		
Carteira própria		16.357	—			Fiscais e previdenciárias	14	822	882		
Relações interfinanceiras	7	29.398	721			Diversas	15	3.355	3.330		
Créditos vinculados		29.398	721			<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>2.434</b>	<b>5.475</b>		
Outros créditos		4.351	8.351			Outras obrigações		2.434	5.475		
Rendas a receber	8	6.808	5.329			Diversas	15	2.434	5.475		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.354)	(2.016)			<b>Patrimônio líquido</b>		<b>24.094</b>	<b>26.643</b>		
Créditos tributários		836	574			Capital de domiciliados no país	16	17.956	17.956		
Diversos	9	61	4.464			Reservas legal		1.095	1.095		
Outros valores e bens		543	510			Reservas de lucros		4.947	7.561		
Outros valores e bens		3	3			Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos		96	31		
Despesas antecipadas		540	507								
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>1.497</b>	<b>15.414</b>								
Títulos e valores mobiliários	6	—	14.461								
Carteira própria		—	14.461								
Outros créditos		1.497	953								
Créditos tributários		494	785								
Diversos	9	1.003	168								
<b>Permanente</b>		<b>11.033</b>	<b>11.328</b>								
Investimentos		10.291	10.193								
Participações em coligadas e controladas	10	10.291	10.193								
Imobilizado de uso		516	640								
Outras imobilizações de uso	11	4.161	3.940								
(Depreciações acumuladas)		(3.645)	(3.300)								
Intangível		226	495								
Ativos intangíveis	12	2.089	2.089								
(Amortizações acumuladas)		(1.863)	(1.594)								
<b>Total</b>		<b>63.185</b>	<b>68.530</b>			<b>Total</b>		<b>63.185</b>	<b>68.530</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de valor patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas estatutárias		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	17.956	—	(9)	1.018	6.487	— 25.452
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.535 1.535
Destinação do lucro:						
Dividendos	—	—	—	—	—	(384) (384)
Dividendos a pagar	—	—	—	—	—	(77) (77)
Reserva legal	—	—	—	77	—	(1.074) (997)
Reserva de lucros	—	—	—	—	1.074	— 1.074
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	—	40	—	—	— 40
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	17.956	—	31	1.095	7.561	— 26.643
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	—	—	(1.540) (1.540)
Destinação do lucro:						
Dividendos	—	—	—	—	—	(1.074) (1.074)
Reserva legal	—	—	—	—	—	—
Dividendos a pagar	—	—	—	—	—	—
Reserva de lucros	—	—	—	—	—	(1.540) (1.540)
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	—	65	—	—	— 65
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	17.956	—	96	1.095	4.947	— 24.094
<b>Mutações do exercício</b>						
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	17.956	—	127	1.095	6.487	(2.422) 23.243
Lucro/Prejuízo líquido do semestre	—	—	—	—	—	882 882
Destinação do lucro:						
Dividendos	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	—	—
Dividendos a pagar	—	—	—	—	—	—
Reserva de lucros	—	—	—	—	—	(1.540) (1.540)
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	—	(31)	—	—	— (31)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	17.956	—	96	1.095	4.947	— 24.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**1. Contexto operacional:** O Banco Finaxis S.A. (Banco), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, com sede em Curitiba - PR na Rua Pasteur, 463 - Batel. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CTVM) formam juntos o conglomerado Financeiro Finaxis. O Banco Finaxis opera como Banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de créditos. A Finaxis Corretora tem por objeto social, entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado) incluem as demonstrações contábeis individuais do Banco e integralmente da controlada, conforme apresentado a seguir.

**Empresa**

Atividade	2022	2021
<b>Participação direta no capital</b>		
Finaxis - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. <u>Instituição financeira</u>	100%	100%

Durante o processo de consolidação, os saldos de transações entre empresas foram eliminados integralmente, respeitando o período de participação pela Banco. As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela Banco e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo Bacen. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen: **a)** Pronunciamento conceitual básico (R1) "Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro", homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021; **b)** CPC 01 "Redução ao valor recuperável de ativos", homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008"; **c)** CPC 02 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis", regulamentada pelo Bacen através da resolução 4.524/2016; **d)** CPC 03 "Demonstrações do fluxo de caixa", homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; **e)** CPC 04 "Ativo Intangível", homologado pela Resolução 4.534/2016 do Bacen; **BC f)** CPC 05 "Divulgação de partes relacionadas", homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; **g)** CPC 10 "Pagamento baseado em ações", homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; **h)** CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; **i)** CPC 24 "Contabilização e divulgação de eventos subsequentes", homologado pela Resolução nº 3.973/2011; **j)** CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; **k)** CPC 27 "Ativo imobilizado", homologado pelo Bacen, através da Resolução nº 4.535/2016; **l)** CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020; **m)** CPC 41 "Resultado por ação", homologada pela Resolução CMN nº 3.959/2021; **n)** CPC 46 "Mensuração ao valor justo", homologado pela Resolução CMN nº 4748/2022. Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. O Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB 255 de 1º de novembro de 2022, estabeleceu a nova estrutura do plano Cosif entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas

dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. **c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular Bacen nº 3.068/2001, foram classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", que são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. **d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **e) Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. **f) Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **g) Intangível:** O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos. **h) Redução ao valor recuperável de ativo:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **i) Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos e análises realizadas pela Administração. **j) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Provisões para riscos:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen. **k) Passivo circulante e exigível a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **l) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro líquido antes do Imposto de Renda, à alíquota de 25% até 31 de dezembro de 2022 e 20% a partir 2022. **m) Apuração do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata dia". **n) Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **o) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD:** O Conglomerado Financeiro Finaxis elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão vai de 10% (3 meses de atraso) a 100% (12 meses de atraso). **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Banco	
	2022	2021
Disponibilidades	6	17
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota nº 5)	—	32.189
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>32.206</b>

**Demonstrações do resultado- 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022		2021	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.137</b>	<b>3.953</b>		<b>1.789</b>
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.096	2.101		1.110
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.041	1.852		679
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(17)</b>	<b>(26)</b>		<b>(39)</b>
Operações de captação no mercado		(17)	(26)		(39)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.120</b>	<b>3.927</b>		<b>1.750</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(1.268)</b>	<b>(5.418)</b>		<b>163</b>
Receita de prestação de serviços	19	20.673	40.072		41.280
Despesas de pessoal	20	(10.887)	(20.926)		(20.742)
Outras despesas administrativas	21	(10.360)	(21.543)		(17.127)
Despesas tributárias		(2.187)	(4.208)		(4.205)
Resultado de participações em coligadas e controladas		779	463		355
Outras receitas operacionais		744	1.656		1.567
Outras despesas operacionais		(30)	(932)		(965)
<b>Resultado operacional</b>		<b>852</b>	<b>(1.491)</b>		<b>1.913</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2</b>	<b>2</b>		<b>1</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o resultado</b>		<b>854</b>	<b>(1.489)</b>		<b>1.914</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	22	<b>28</b>	<b>(51)</b>		<b>(149)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		—	—		(331)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		28	(51)		182
<b>Participações no lucro - empregados</b>		<b>—</b>	<b>—</b>		<b>(230)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício</b>		<b>882</b>	<b>(1.540)</b>		<b>1.535</b>
Nº de ações		17.955.577	17.955.577		17.955.577
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		0,05	(0,09)	</	

★ continuação

**9. Outros créditos - diversos:**

	Banco	
	2022	2021
<b>Outros créditos diversos - circulante</b>		
Adiantamentos e antecipações salariais	29	13
Créditos tributários (Nota 21c)	836	574
Impostos e contribuições a compensar	-	474
Pagamentos a ressarcir (a)	32	3.192
<b>Total</b>	<b>897</b>	<b>4.253</b>

Outros créditos diversos - longo prazo  
Créditos tributários (Nota 21c)  
Depósitos judiciais

	2022	2021
<b>Total</b>	<b>1.497</b>	<b>1.738</b>

(a) Refere-se basicamente aos valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco pagou e depois solicitaram reembolsos aos fundos e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações.

**10. Investimentos:** O saldo de investimento do Banco é composto pela participação na Finaxis Corretora, conforme quadro a seguir:

	2022	2021
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.292</b>	<b>10.193</b>
Capital social	5.930	5.930
Reserva de lucro	4.362	4.263
<b>Informações sobre o investimento na controlada</b>		
Número de ações possuídas	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100

**Movimentação dos investimentos no exercício**

Saldo inicial	10.193	9.927
Resultado de equivalência patrimonial	463	355
Recebimento de dividendos	(248)	-
Provisão recebimento de dividendos	(116)	(89)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>10.292</b>	<b>10.193</b>

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis da controlada:

	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada	14.698	4.406	10.292	-	-	-
Finaxis CTVM	-	-	-	-	-	-

**11. Imobilizado:**

	Banco			
	2022		2021	
	Taxa de depreciação	Valor residual	Taxa de depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos	10%	537 (458)	79	109
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.679 (2.251)	428	519
Equipamentos de comunicação	20%	114 (109)	5	10
Equipamentos de segurança	10%	25 (21)	4	2
Beneficentários em Imóveis terceiros	10%	806 (806)	-	-
<b>Total</b>		<b>4.161 (3.645)</b>	<b>516</b>	<b>640</b>

**Movimentação:**

	Banco	
	2022	2021
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	640	903
(+) Aquisições	225	-
(-) Baixas	-	-
(-) Depreciações	(349)	(263)
(=) Saldo final	<b>516</b>	<b>640</b>

**12. Intangível:**

	Banco			
	2022		2021	
	Taxa de amortização	Valor residual	Taxa de amortização	Valor residual
Software	20%	2.089 (1.863)	226	495
<b>Total</b>		<b>2.089 (1.863)</b>	<b>226</b>	<b>495</b>

**13. Depósitos à vista:**

	Banco	
	2022	2021
Pessoas físicas	1	1
Pessoas jurídicas - ligadas	4.568	454
Pessoas jurídicas - não ligadas	17.893	22.523
Pessoas jurídicas - dep. vinculados	10.018	8.627
<b>Total</b>	<b>32.480</b>	<b>31.605</b>

**14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:**

	Banco	
	2022	2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	41	41
Impostos e contribuições sobre salários	325	280
PIS e Cofins	185	184
ISS a recolher	180	182
Contribuição ao FGC	3	3
Impostos retidos a recolher (a)	47	171
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	41	21
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>882</b>

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

**15. Outras obrigações - diversas:**

	Banco	
	2022	2021
<b>Outras obrigações diversas - circulante</b>		
Despesas de pessoal a pagar	926	818
Outras despesas administrativas	266	479
Credores diversos - País (a)	2.163	2.033
<b>Total</b>	<b>3.355</b>	<b>3.330</b>

**Outras obrigações diversas - longo prazo**

	Banco	
	2022	2021
Passivos contingentes (b)	2.434	5.475
<b>Total</b>	<b>2.434</b>	<b>5.475</b>

(a) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.; (b) Em 31 de dezembro de 2022, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 2.434, representadas por processos: a) trabalhistas que somam 1.997 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e b) administrativos que somam R\$ 437 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição). A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	Banco	
	2022	2021
Ações trabalhistas	1.997	2.049
Ações administrativas	437	3.426
<b>Total</b>	<b>2.434</b>	<b>5.475</b>

**Movimentação:**

	Banco	
	2022	2021
(=) Saldo inicial em 31/12/2021	5.475	5.201
(+) Constituições	1.195	297
(-) Baixas	(4.236)	(23)
(=) Saldo final	<b>2.434</b>	<b>5.475</b>

**Perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2022, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 82 (em 2021 - R\$ 72), representadas por processos: a) trabalhistas que somam R\$ 60 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e b) administrativo que somam 22 que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição. **16. Patrimônio Líquido:** a) **Capital social:** O capital social está representado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. b) **Reserva de lucros:** b.1) **Reserva legal:** O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. b.2) **Reserva de contingência:** O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingência. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve destinação do lucro para reserva de contingência. c) **Dividendos:** O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos dividendos de R\$ 1.074 (R\$ 686 em 2021). Não houve provisão para dividendos a pagar em 2022. **17. Partes relacionadas:** a) **Partes relacionadas:** As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir: • Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.; • Finaxis - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (no individual) - Controlada; • Holding Finaxis S.A. - Banco. b) **Saldos e resultados de transações com partes relacionadas:** b.1) **Remuneração da Administração:** No exercício findo em

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A.**

31 de dezembro de 2022, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 387 (R\$ 1.874 em 2021). Do total de R\$ 387, R\$ 0 são despesas próprias (R\$ 629 em 2021) e R\$ 387 rateio da Holding (R\$ 1.245 em 2021). b.2) **Demais transações:** A Finaxis CTVM S.A., na data de 31 de dezembro de 2022, possuía saldo em conta corrente junto ao Banco Finaxis de R\$ 4.000 (R\$ 0 em 2021). Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Banco		Banco	
	2022		2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
<b>Total</b>	<b>(5.698)</b>	<b>(16.028)</b>	<b>(1.619)</b>	<b>(15.860)</b>
Finaxis CTVM S.A.	(4.000)	-	-	-
Holding Finaxis S.A. (*)	(1.698)	(16.028)	(1.619)	(15.860)

(\*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A.

**18. Receita de prestação de serviços:**

	Banco		
	2022	2021	Exercício
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Administração de fundos	2.190	4.190	4.333
Custódia de valores	8.434	16.345	17.160
Serviços de lastro	711	1.409	1.325
Serviços de NF-E	82	157	154
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	4.657	8.886	9.149
Tarifas bancárias	2.383	4.789	5.185
Outras	2.216	4.296	3.974
<b>Total</b>	<b>20.673</b>	<b>40.072</b>	<b>41.280</b>

**19. Despesas de pessoal**

	Banco		
	2022	2021	Exercício
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	6.625	12.784	12.999
Encargos	2.215	4.310	4.174
Benefícios	2.039	3.812	3.558
Treinamentos	8	20	11
<b>Total</b>	<b>10.887</b>	<b>20.926</b>	<b>20.742</b>

**20. Outras despesas administrativas:**

	Banco		
	2022	2021	Exercício
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de água, energia e gás	27	86	114
Despesas de alugueis	431	1.268	898
Despesas de comunicação	5	10	16
Despesas de manutenção e conservação de bens	105	225	42
Despesas de material	15	31	36
Despesas de processamento de dados (a)	5.638	11.605	8.346
Despesas de promoções e relações públicas	17	20	4
Despesas de propaganda e publicidade	38	38	8
Despesas de publicações	-	40	29
Despesas de serviços do sistema financeiro	104	197	183
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	2.762	5.735	4.663
Despesas de transportes	9	27	115
Despesas de viagens	18	26	4
Despesas de depreciação e amortização	364	618	532
Outras despesas administrativas (c)	827	1.617	2.137
<b>Total</b>	<b>10.360</b>	<b>21.543</b>	<b>17.127</b>

(a) Referem-se substancialmente às mensalidades dos módulos e aplicativos (Matera, Maps, Serasa, Sinacor, Unisistemas, entre outras) utilizados tanto no Banco como no Consolidado, para desenvolvimento e controle das atividades das empresas, entre elas administração, custódia e controladoria dos fundos; (b) As despesas de serviços técnicos especializados referem-se substancialmente a serviços de consultoria no montante de R\$ 3.721 (R\$ 2.099 em 2021), e a utilização de serviços jurídicos, assessoria em recursos humanos e Auditoria no montante de R\$ 2.014 (R\$ 2.320 em 2021); (c) Representado substancialmente pela contribuição a associações (ANFAC, ABVCAV e Anbima) e condomínio. **21. Imposto de renda e contribuição social:** a) **Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:** As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

	Banco		
	2022	2021	Exercício
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	854	(1.489)	1.914
Adições (exclusões)	(775)	(454)	(1.195)
Brindes	14	17	3
Prov. passivo contingentes	-	319	300
Multas CVM/Anbima/Bovespa	-	-	8
Ressarcimento de infracto rateio	-	29	69
Patrocínio	69	69	50
PDD	20	40	605
Salário maternidade	8	28	17
Outras	-	-	-
Equivalência patrimonial	(779)	(463)	(355)
Reversão PDD	(103)	(126)	(1.432)
Reversão de passivo contingente	-	(174)	(63)
Parte B	-	(84)	(167)
Outras	(4)	(109)	(230)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	79	(1.943)	719
Prejuízo fiscal compensado até a competência	-	-	-
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	79	(1.943)	719
Imposto de renda	-	-	151
Imposto de renda 15%	-	-	108
Adicional de imposto de renda 10%	-	-	48
(-) PAT	-	-	(5)
(-) Fundad	-	-	-
Imposto de renda diferido	-	-	(26)
<b>Total imposto de renda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>125</b>
<b>Contribuição social:</b>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	854	(1.489)	1.914
Adições (exclusões)	(775)	(454)	(1.195)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	79	(1.943)	719
Prejuízo fiscal compensado até a competência	-	-	-
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	79	(1.943)	719
Contribuição social sobre o lucro líquido 20% até julho e 21% de agosto a dezembro	-	-	180
Contribuição social diferido	28	(51)	(156)
<b>Total contribuição social</b>	<b>28</b>	<b>(51)</b>	<b>24</b>

**b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado:**

	Banco		
	2022	2021	Exercício
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes	-	-	(331)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(331)
Impostos diferidos	-	-	182
Imposto de renda e contribuição social	28	(51)	182
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>(51)</b>	<b>(149)</b>

c) **Expectativa de realização dos créditos tributários:** Conforme Resolução nº 3.059/02 do CMN, as instituições recém-constituídas podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. O Banco iniciou suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. No primeiro semestre de 2011, após consolidação efetiva do início das atividades operacionais, voltadas substancialmente para administração de fundos e clubes de investimento, a Administração concluiu o estudo de realização do crédito tributário.

**Banco:**

	Créditos tributários			
	Saldo anterior	Adições	Baixas	Saldo atual
Imposto diferidos	11	455	(433)	32
Adições exclusões temporárias	1.348	166	(217)	1.298
<b>Total</b>	<b>1.359</b>	<b>621</b>	<b>(650)</b>	<b>1.330</b>

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários:

Banco:	Valor
<b>Ano de realização</b>	
2023	804
2024	494
2025	-
<b>Total</b>	<b>1.298</b>

**22. Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os exercícios de 2022 e de 2021, o Banco e a Corretora não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

**23. Gestão do capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional:** O Finaxis acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável. Para garantir a adequação e eficácia, a área de Riscos e Capital, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas. O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes

*continuação	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A.	
<p>Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria</p>	<p>contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a</p>	<p>eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2023.</p>
	<p>Grant Thornton Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1</p>	<p>Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer Contador - CRC 1SP-260.164/O-4</p>

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª A 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE [www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)

DIÁRIO INDÚSTRIA&COMÉRCIO



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7EEE-03BE-259D-9778> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7EEE-03BE-259D-9778



### Hash do Documento

C7F9FC6A3EB452AD9B2C56A1F4B480047D79C351275FE1A81EFC4A0A9CEA81D6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 10:47 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

